

453ª Reunião Ordinária do CONSEMA

00:16:33 Naiana Lanza (Secretária-Executiva): Primeiramente, gostaria de desejar um feliz ano novo para todos e todas. Espero que esse ano a gente seja bastante produtivo e que a gente continue nessa dinâmica de diálogo constante. Então, primeiramente, bom dia, secretária, presidente do conselho, subsecretário Cristiano, Lucia, hoje representando o subsecretário Jônatas, Livie também, aqui presente, representando a CETESB, e demais amigos e conselheiros que nos acompanham presencialmente e pela internet. Então, tendo sido verificado o quórum, a mesa declara abertos os trabalhos da Reunião Ordinária nº 453 do Plenário do CONSEMA que tem pauta conhecida, distribuída no prazo regimental. Informo que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser acessada no YouTube da Secretaria, na página @SEMILSP, e que a presente plenária ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Então, passamos agora ao expediente preliminar com o primeiro item, a aprovação da ata anterior, da Reunião Ordinária nº 452 do Plenário do CONSEMA, distribuída junto à convocatória aos conselheiros e conselheiros, razão pela qual eu peço ao Plenário que dispense a leitura da mesma. Eu gostaria que, antes da gente prosseguir para aprovação da ata, só destacar que o conselheiro Andrés fez uma solicitação de ajuste pontual na ata, no item 1.3.6, não sei se eu vou conseguir projetar ali, só para o pessoal dar uma olhadinha para ver o que o conselheiro pediu de ajuste antes da gente partir para aprovação. Então, na verdade, é esse item, 1.3.6, que o conselheiro pediu apenas a complementação em relação à fala dele referente à competência do Licenciamento Municipal e de logística reversa, que foi um tema que ele trouxe. E aí ele complementou quanto à realização de Acordo de Cooperação Técnica com a Companhia Ambiental do Vale sem aprovação do CONSEMA. Então, essa foi a complementação. Então, se todos estiverem de acordo, eu passaria agora, então, a aprovação da ata, caso ninguém tenha nenhum outro comentário adicional. Aqui online não temos nenhuma manifestação, então, portanto, a ata da reunião 452 está aprovada. Então, passo agora as comunicações da Presidência para a secretária. Por favor, secretário.

00:19:37 Natália Resende (Presidente): Muito obrigada. Bom dia. Muito bem, gente. A gente tem que fazer um bom dia forte, que é o primeiro do ano, primeira reunião do ano, a gente fica muito feliz de tê-los todos aqui, quem está nos acompanhando virtualmente também. Obrigada, que seja um ano maravilhoso para todos nós. Muita saúde, mais sucesso, mais sustentabilidade nas nossas vidas. E aí vou começar aqui com as comunicações. A gente ampliou, o Governo de São Paulo, a rede de atendimento veterinário na região de Registro, também faz parte de todo um programa amplo de fauna que a gente está construindo e intensificando desde 2023, aqui agradecer também a participação do MPE, doutor Luís Fernando, também para a gente é muito importante, que a gente vem fazendo em conjunto, vamos avançar cada vez mais, a gente tem um TAC importante para a gente firmar também esse ano. Também a gente encerrou 2025 com novo Pet Container em Bebedouro, esse ano a gente já implementou mais 16. Tem uma série previstos ao longo dos nossos municípios. Ampliamos a atuação na Agenda Global de Biodiversidade e Clima. Queremos também fazer, nesse ano, cada vez mais, fazer um novo Summit Agenda SP Mais Verde, depois eu dou o spoiler aqui para vocês, a gente já está preparando, falando com outros parceiros, se juntando também, cada vez mais a agenda cultural

para a gente ficar mais próximo, porque a gente vê o quanto é necessário a gente fazer isso em educação ambiental, em conscientização, isso a gente vai intensificar aqui também ao longo de 2026. Alertamos, estamos cada vez mais falando da importância do consumo racional de água dado o cenário de mudanças climáticas e as chuvas abaixo da média, temperaturas acima da média. Então a gente está tendo, sobretudo na região do Cantareira, chuvas que estão abaixo da média histórica em determinadas regiões, não como Guarapiranga, o Alto Tietê está na média, mas o Cantareira, a gente tem tido essas observações, e dado a importância para o sistema como um todo, a gente cada vez mais, dentro de uma lógica preventiva e contingente, alertando para o uso racional dos nossos recursos hídricos. Abrimos uma consulta para melhoria da gestão do Parque Bruno Covas, também importante. Fizemos audiência pública, ouvimos contribuições. A nossa intenção é, cada vez mais, aproximar a questão da sustentabilidade a lazer, a qualidade de vida das pessoas, do nosso meio ambiente. Nessa linha também, a gente tem tido, desde o final do ano passado, em dezembro, o Verão no Clima, já em vários municípios. Nesse fim de semana no Guarujá. Tem Santos hoje, que a gente está fazendo. O Guarujá foi semana passada, enfim, tem toda uma programação que a gente convida todos aqui a participar, que esse ano a gente conseguiu subir para 16 edições, então todas as nossas cidades litorâneas, e também de uma forma com que a gente consiga ter essa ótica da educação ambiental nas nossas praias. A gente divulgou também o nosso Balanço de Restauração de 34 mil hectares em três anos, equivalente a 200 parques do Ibirapuera. A nossa meta, a gente tinha colocado de 37,5 mil hectares, está em torno de 94%, a gente deve ultrapassar e nós queremos ultrapassar. Lembrando do 1,5 milhão até 2050, com a ajuda do nosso querido agro também, da nossa agricultura para a gente avançar cada vez mais nas nossas restaurações. A gente tem divulgado muito também programações gratuitas nos nossos parques urbanos, que esse ano também a gente vai ter um projeto bem importante de melhoria. E aí, olhando não só no curto prazo, mas no longo prazo, depois a gente traz aqui também com mais calma. Ampliamos o Pró Pet na região de Campinas, com nova etapa de castrações em janeiro, e também ampliamos o Programa de Serviços Ambientais, que já soma 61 iniciativas, deixando nossos agradecimentos aqui à nossa querida Fundação Florestal, também pelo apoio, nossa equipe do Refloresta. Da mesma forma, Verão no Clima lá em Peruíbe, já falei aqui, eu estive lá pessoalmente. As castrações gratuitas que a gente começou a fazer aqui na região metropolitana de São Paulo também, Bertioga, já falei aqui, o mutirão da tarifa social paulista que a gente está fazendo, é importante a gente ressaltar. A gente começou no Guarujá, na semana retrasada, e aí a gente está estimulando, principalmente aquelas pessoas que mais precisam, para poder ir, participar, ver como é que a gente cadastra junto com a prefeitura no CadÚnico. Isso é importante porque a gente tem um programa muito robusto de tarifa social, que vai até 78% nas contas de água e esgoto, e a gente precisa que as pessoas se cadastrem no CadÚnico para ter uma organização melhor. A gente vai fazer, na semana que vem, em São Vicente e nas demais cidades também da Baixada, que a gente combinou de fazer isso em conjunto com as prefeituras de lá. Entregamos a Clínica Veterinária em São José do Rio Preto, eu estive lá também no final do ano passado, então toda a parte de investimento, equipamentos, já foi feita pelo Governo do Estado de São Paulo. A partir de agora, a prefeitura entra também com a parte de operação. Bom, falamos aqui do Verão no Clima, de novo, em Ilha Comprida, Praia Grande, Guararema, a gente esteve lá também no início da semana passada, para fazer 200 castrações gratuitas, também dentro do programa Pró Pet SP. Firmamos um acordo bem importante aqui para trazer, para

compartilhar com vocês, com o governo sueco para pesquisas que ampliam a oferta de biometano, dado aqui o potencial - cadê o nosso pessoal da Fiesp, que a gente fez o estudo lá, a gente está ampliando também isso com o pessoal da Suécia, que tem um grande interesse de fazer esse *benchmark* aqui conosco. Então, é bem importante. Inauguramos a Sabesp, o hub de inovação em São José dos Campos. Também é bem importante para a gente trazer mais tecnologias no âmbito do saneamento. Olhando áreas rurais, olhando favelas, palafitas, tudo o que é necessário para a gente de fato universalizar quatro anos antes do Novo Marco de Saneamento. Também estamos acompanhando, por parte da URAE, bem de perto, o problema em Hortolândia, um problema histórico que a gente tem lá em relação a Estação de Tratamento de Esgoto, que chegou-se a conclusão do que de fato tem que ser feito de forma definitiva, que é uma nova Estação de Tratamento fechada. E isso foi apresentado na semana passada, muito cobrado também por nós lá na região para, de fato, agilizar. E tem sido agilizado o projeto de engenharia para, no ano que vem, ficar pronto, de fato, a solução definitiva. Da parte de logística e transporte do Rodoanel, vocês devem ter acompanhado, o primeiro trecho ficou pronto, isso é bem importante para a gente melhorar a logística também, evitar mais emissões ao nosso meio ambiente, uma vez que a gente reduz congestionamentos, retira aqui os veículos, sobretudo os pesados das marginais, entre 10 a 20 mil. Se a gente for ver a questão de números, isso ajuda muito a questão da sustentabilidade, ajuda, claro, também a questão de logística e movimentação de pessoas e cargas do Estado de São Paulo. A gente aumentou para o nosso sistema de travessias também 34% a capacidade, a maior da história, isso por conta de todo investimento que a gente veio fazendo ao longo, desde 2023. Agnaldo, muito esforço aqui para a gente conseguir chegar nesse ano e, claro, sempre com as dificuldades que a gente tem em virtude da alta movimentação que a gente tem nas operações verão. Lembrando que a gente vai entrar com um novo contrato de parcerias, que nos próximos sete anos a gente deve ter toda troca para frota elétrica, que ajuda muito o meio ambiente, ajuda muito também o conforto e a qualidade na operação. Vou frisar aqui, novamente, chamar para participação a consulta pública que a gente abriu no mês passado de logística reversa, chamar a todos a entrar, a participar, ainda está aberta, até o fim do mês. Se for necessário, a gente prorroga por mais alguns dias também, não tem problema, está aberta desde o dia 19 de dezembro, como é época de festa, se for necessário a gente prorroga, não tem problema, mas eu queria muito que todos aqui participassem. Está lá no site da Secretaria, essa é uma política pública bem importante que a gente quer aprimorar de forma com muita responsabilidade técnica aqui no Estado de São Paulo. Também, ali no nosso Porto de São Sebastião, 71 anos de aniversário, fechando também com movimentação recorde e índices ambientais bem ressaltados por parte da Antaq, sobretudo do índice que a gente chegou a 96,31, que é um índice bem alto da parte de qualidade ambiental, o que reforça a importância da gente ver a logística dentro dessa integração de sustentabilidade que a gente faz aqui. A parte de coleta de resíduos, a gente aumentou em 14% no Rio Pinheiros, e eu não fico feliz em falar isso, porque o que a gente quer é que não chegue o resíduo no Rio, a partir do momento que chegar, claro, a gente vai retirar. Foram, até hoje, desde 2023, 117 mil toneladas de lixo, que significam 190 milhões de reais que a gente poderia gastar em outras políticas públicas. E aí, a gente tem sido transparente, colocando lá no nosso painel, perto da Usina São Paulo, para quem conhece. A gente vai fazer esse trabalho também no Tietê, por meio da PPP, que já saiu em consulta pública, além de toda a restauração ao longo do Rio, isso é bem importante, isso a gente quer fazer a partir desse ano, e claro, muita ação de educação

ambiental, conscientização para o lixo não parar nos nossos rios, é o que a gente quer. Não ficar retirando, enxugando gelo. Mas, enquanto tiver lá, a gente vai fazer isso, a gente vai retirar, da mesma forma, os sedimentos, que aí tem os naturais, tem os acumulados ao longo do ano, em que a gente chegou a quase 5 milhões de metros cúbicos, desde 2023, é importante para a limpeza, é importante para a questão de mitigação de enchente. Não é o que resolve 100%, eu sempre falo isso, porque tem muitas pessoas que moram nas várzeas e aí, a depender do ano, a depender da condição hidrológica, a gente tem problemas de enchentes. Isso a gente vem trabalhando também junto com a Secretaria de Habitação e com os municípios. A gente colocou em operação o Piscinão Jaboticabal também, bem importante para prevenção contra enchentes, 900 mil metros cúbicos de capacidade, o maior da América Latina. E aí é uma coisa importante da gente falar que cada vez mais a gente tem procurado infraestrutura cinza, com soluções baseadas na natureza, para a gente incorporar as políticas públicas, dado a necessidade e as emergências climáticas que a gente observa, não só aqui no Estado de São Paulo, no mundo como um todo. Já falei do biometano, a gente tem visto um avanço muito forte, principalmente no interior de São Paulo, aqui na região também. Ontem mesmo eu estive no Aterro de Caieiras, que está com uma produção de 67.200 metros cúbicos, já para descarbonizar, tanto a parte da indústria quanto também de transporte. A gente editou o Balanço Energético aqui do Estado de São Paulo, reforça o protagonismo aqui do Estado. É importante a gente falar, a gente está chegando a 59% da nossa matriz renovável. Os países da OCDE têm 13%, em média. É importante a gente falar isso para a gente sempre ver as necessidades, claro, mas também se orgulhar dos resultados que a gente já alcançou até hoje. E é isso que estava aqui na minha pautinha. Vou devolver a palavra para a Naiana. De novo, agradecendo a participação de todos aqui, desejando um ano maravilhoso para todos nós. Obrigada, Naiana.

00:32:06 Naiana Lanza: Obrigada, secretário. Bom, tenho alguns informes também: Primeiramente, gostaria só de lembrar que as agendas das plenárias do CONSEMA estão disponíveis no nosso site. Então, para aqueles que quiserem acompanhar, saber as reuniões, estão sempre lá disponíveis. Não só das plenárias, mas também das audiências públicas, das comissões temáticas, de acordo com o cronograma. Também gostaria de informar que será realizado uma audiência pública sobre o EIA Rima do empreendimento Extração de Calcário de responsabilidade da Votorantim Cimentos S.A, que será realizada dia 9 de fevereiro no município de Cajamar. As informações sobre a audiência também estão disponíveis no site do CONSEMA, e ela também é transmitida pelo YouTube da Secretaria. Na última reunião, agora vou entrar um pouco nas devolutivas de alguns assuntos que surgiram aqui no plenário para atualizar todos e todas sobre os andamentos. Então, na última plenária, o conselheiro Sanseverino fez uma intervenção relacionada à questão da falta de energia no Estado de São Paulo, por conta da falta de energia e a gente discutiu, o plenário deliberou pela elaboração de uma moção sobre o tema. Então, a equipe de Energia e Mineração da subsecretaria, que fez uma proposta de moção, a gente acabou não compartilhando ela com vocês no momento da convocatória, porque ela não ficou pronta a tempo. Então eu queria pedir ao plenário, solicitar a autorização do plenário, para que a gente inclua a como uma pauta extraordinária, como terceiro item da Ordem do Dia, que a gente passe aqui moção, faz a leitura em conjunto, é uma moção simples, mas no sentido de posicionar a posição do conselho em relação ao tema. Então, tudo bem a gente fazer isso, alguém tem alguma objeção? A gente conclui como uma pauta extraordinária. Beleza, então.

Então a gente coloca como terceiro item do dia. Agora, trazendo devolutivas em relação ao Leduc, acabei de te mandar a apresentação pelo WhatsApp, que estava pendente. O conselheiro Leduc está fazendo tratativas com o pessoal da Sub de Meio Ambiente em relação à soltura de animais, junto com o conselheiro Paulo Nelson, e a gente estava nessa pendência, então já encaminhei, Leduc, já está na mão. No mesmo sentido, os outros questionamentos que foram recebidos aqui pelo conselho, a gente tem direcionando eles para as áreas técnicas responderem. Então, aqui a gente tem ainda pendente a história do atropelamento de fauna na Rio-Santos, que foi encaminhado para as áreas se manifestarem. E temos também alguns assuntos relacionados à questão de Ilhabela, que tem a questão da fiscalização lá também, que foi trazido, isso também foi direcionado para as áreas se manifestarem. Entrando agora no assunto do Licenciamento Municipal Ambiental, que é um assunto que a gente sabe que esse conselho tem acompanhado bem próximo esse assunto, não é raro que vocês nos questionem, nos perguntem, enviem sugestões, solicitações de reuniões para que a gente trate do tema. Então a gente estava nessas tratativas para realizar uma reunião no início do ano, primeiramente com as entidades ambientalistas, porque foram elas que trouxeram justamente para a gente ter um olhar antes de trazer a temática para o plenário como um todo. Essa reunião acabou não acontecendo porque, no momento preparatório, digamos que a gente estava se reunindo, todo mundo se reuniu para a gente se preparar para a reunião, a gente identificou a necessidade de fazer uma consulta ao jurídico para que a gente tivesse uma reunião mais objetiva. Então, a gente está na fase, como vocês sabem, uma das questões bastante questionadas é a questão da transparência, até a Fernanda Carbonelli tem trazido isso, a gente tem conversado sobre isso, né, Fernanda? Então, esse também é um assunto que a gente vai trazer a devolutiva para vocês, de como que está, quais prefeituras apresentaram as informações para a gente. Então, eu peço paciência de vocês mais um pouquinho para que a gente tenha a manifestação do jurídico, porque assim a gente consegue ter uma reunião mais objetiva e produtiva para além do monitoramento, mas pensando também, de fato, nas atribuições, tanto do CONSEMA, quanto da SEMIL e da CETESB, relacionado a esse tema. Então, assim que a gente tiver essa manifestação da CJ, a gente volta a se falar. Só para vocês saberem, esse assunto também está sendo tratado em conjunto com outras áreas da Secretaria, então a Secretaria-Executiva também tem acompanhado essa temática, junto, por exemplo, com a Ouvidoria, que também se envolveu no assunto, considerando eventuais questionamentos que cheguem na Ouvidoria relacionadas a esse tema. Então, a gente está trabalhando de forma integrada aqui para trazer as respostas a essa temática, que é bastante importante aqui para a gente. Ainda trazendo uma resposta também em relação a um assunto que surgiu na última plenária trazido pelo conselheiro Andrés, justamente o ponto de pauta que ele pediu aqui para fazer o ajuste na ata, que seria o pedido em relação ao Termo de Cooperação firmado com a CETESB e a Agência Ambiental do Vale. Da mesma forma, considerando a natureza dos questionamentos que foram levantados pelo conselheiro, que todos tiveram acesso, ele pediu para a gente compartilhar, a gente compartilhou com todos, essas solicitações foram encaminhadas tanto para o jurídico da CETESB quanto o jurídico da SEMIL, para que a gente também tenha uma resposta com um olhar jurídico em relação a essa temática. Eu gostaria só de destacar que esses assuntos, esses Termos de Cooperação que têm sido firmados pela CETESB, eles estão disponíveis no site da CETESB, é informação pública para todos terem acesso a essa informação. Então, dito isso, eu acho que eram esses os informes principais que eu gostaria de trazer. Então, para trazer que estamos

trabalhando na temática do Licenciamento Municipal Ambiental, estamos abertos para continuar nesse diálogo. Então, estamos aí na pendência dessas respostas para vocês, mas com um olhar jurídico para a gente ter uma reunião mais produtiva e objetiva. Então, passamos agora a fala dos conselheiros, que a gente tem os 30 minutos de fala dos conselheiros. Nós já temos pedidos solicitados para fazer o uso da palavra. O Henrique, que vai ceder a palavra para a Tatiana. O Dauro também já tinha se inscrito previamente, assim como o conselheiro Crepaldi. Então, agora eu vou pedir para que todos se manifestem para a gente ver aqui quem mais quer fazer uso da palavra para a gente ver quanto que vamos ter de tempo para cada um. Então vamos lá. Fernanda, Victorino, Nalon, Rodrigo, Leduc. Aqui no plenário tem mais gente? Não. Online, quem gostaria de fazer uso da palavra? Por enquanto ninguém levantou a mão. Então, temos inscrito somente as pessoas aqui no plenário. Então, recapitulando: Henrique, Crepaldi, Dauro, Fernanda, Victorino, Leduc, Nalon e Rodrigo, é isso? Então nós temos nove inscritos, então temos três minutos de fala por conselheiro. Peço a gentileza de sempre de todo mundo tentar respeitar o tempo. Então acho que podemos iniciar com o Henrique e o Dauro, que vão ceder a palavra a Tatiana. Então Tatiana, você teria seis minutos para fazer o uso da palavra. Eu peço a gentileza a todos os conselheiros e conselheiras que quando forem falar, para falar o nome e a instituição, pelo fato de que alguém me falou: “a gente vai acompanhar pelo YouTube, a gente não conhece as pessoas, fica difícil de saber quem é”. Então eu peço a gentileza de todo mundo se apresentar. Obrigada, por favor, Dauro.

00:40:52 Dauro Marcos do Prado (Instituto Caiçara da Mata Atlântica): Bom dia para todos e todas. Também desejando um 2026 com muita alegria, saúde, sucesso. E quero passar aqui para a nossa companheira Tatiana, da Ilha do Cardoso, Caiçara. Ela tem uma pauta muito importante para passar para vocês todos e todas. Então, é importante a gente ouvi-la e tentar trazer essa conversa com ela.

00:41:23 Tatiana (sobrenome): Bom dia. Obrigada por esse espaço de voz. Obrigada ao Instituto Linha d'Água e ao Instituto Caiçara da Mata Atlântica. Eu sou de uma comunidade que se chama Enseada da Baleia, na Ilha do Cardoso, no município de Cananéia, lá na divisa com o Paraná. E eu estou aqui hoje representando a Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso, que integra hoje 12 comunidades no total, sendo dez comunidades caiçaras e dois duas aldeias indígenas na Ilha do Cardoso. E eu vim trazer uma situação de urgência, que é o processo erosivo em dois pontos, que é o Itacuruçá Pereirinha e o Estreito do Melão. É um cenário de urgência climática com múltiplos pontos de erosão costeira, afetando, então, as duas comunidades tradicionais. Na verdade, ele chega a afetar mais de seis comunidades tradicionais esses dois pontos de processo erosivo. Bom, entre 2017 a 2019, duas comunidades tradicionais na ilha do Cardoso foram realocadas integralmente, eu faço parte de uma delas. Foram mais de 20 famílias que precisaram sair de um território ancestral e mudar para um novo território, recomeçar as vidas. E foi um processo muito traumático, a gente ainda está recebendo os impactos de estudo, não só os impactos sociais, mas os impactos psicológicos também, principalmente nas crianças e nos mais velhos, e um grande impacto ambiental que, na verdade, ele continua. Ele é gradativo, ele não para. Ele continua fazendo uma devastação no meio ambiente, impactando outros territórios. Por conta disso tudo que a gente viveu, a gente buscou, junto com a articulação da Ilha, a integração dessas comunidades, buscando nos reunir para

decisões coletivas, construindo documentos técnicos comunitários, que pudesse subsidiar o Estado para que ações e soluções fossem tomadas antecipadamente, inclusive, justamente pela forma como a gente teve que sair, pela forma traumática que foi, para tentar conter o processo erosivo e realocação planejada para que o processo todo fosse muito mais justo. No caso do Melão, que está no sul da Ilha do Cardoso, é um processo erosivo antigo e ele foi intensificado por essa abertura na nova barra em 2018. Então os dois mares se encontraram e foram causando uma grande devastação ainda para os territórios tradicionais e para o meio ambiente, para o ecossistema inteiro, tanto marinho, quanto o ecossistema dos manguezais, enfim, de toda a biodiversidade que tem no território. Passados oito anos, o cenário hoje entrou num cenário crítico. Então, a minha voz veio nesse sentido, para que a gente consiga olhar para essa situação que a gente está vivendo a situação emergencial. E o ano passado, nesse mês, a gente estava três vezes maior do território do que a gente tem hoje. Então, hoje a gente está com 20 metros de largura e uma possibilidade de abertura de nova barra. Então, o ano passado a gente estava com mais de 60 metros nesse mesmo período. Isso significa que a partir de maio, que começa o período de inverno, vai haver um rompimento desse novo cordão e isso traria um impacto para cinco comunidades tradicionais, da Ilha do Cardoso, e três comunidades do Parque Nacional de Superagui. Na Ilha do Cardoso, cerca de 120 famílias serão impactadas, além dos manguezais, das matas nativas e da biodiversidade costeira. Bom, nesse caso a gente tem bastante material para subsidiar, então a própria articulação já encaminhou os documentos comunitários, técnicos. Já existem estudos técnicos, já tem projeto executivo para contenção do processo erosivo no Melão, já foram apresentados aos órgãos competentes. A Secretaria e a Fundação Florestal já foram fazer uma vistoria técnica no território. No entanto, do nosso último encontro, fazem quatro meses, e a gente precisa de ação concreta. Então a voz, no sentido de que a gente não tem muito tempo, nós estamos no mês de janeiro e no mês de maio pode haver o rompimento. Então, estamos numa situação de emergência e precisamos de medidas rápidas, compatíveis com a situação que a gente está vivendo. No caso do Itacuruçá Pereirinha, ao norte da Ilha do Cardoso, são 34 famílias. Em maio, a Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais protocolou o Plano Emergencial Comunitário do Processo Erosivo e Mudança Climática, acompanhado do laudo preliminar, tratando da situação de emergência, pensando também em como conseguir apoiar a comunidade para conter o processo erosivo que eles vem fazendo hoje isso sozinhos, e também da garantia de território e das áreas de segurança. A ausência de resposta, tira a perspectiva do futuro da comunidade e do planejamento antecipado. O documento foi enviado em maio do ano passado, e em outubro de 2025 teve vistoria técnica, a Fundação Florestal se colocou à disposição no apoio emergencial para contenção, só que o apoio foi pontual e foi insuficiente para viabilizar as ações. E em janeiro a gente teve ressacas. Então, a mudança climática não para, não é só no inverno que a gente tem ressacas. Então, em janeiro teve ressacas, perdemos muito território em Itacuruçá e Pereirinha, e entrou duas casas em situação de emergência, duas casas que precisam ser realocadas. Então, nós estamos hoje precisando de contenção para segurar os espaços comerciais e as moradias, e precisando de autorização para as realocações acontecerem. A gente tem famílias com autorizações para construção de casa sem poder construir, porque estão nessa situação de emergência, e duas casas em situação de risco, então a gente precisa de realocação urgente e apoio para contenção do Itacuruçá Pereirinha, e uma situação extrema. A gente tem os Planos Estaduais de Mudança Climática e o Plano de Adaptação e Resiliência Climática, o PEARC, que reconhecem a erosão

costeira como impacto climático e definem a Zona Costeira como área prioritária, e reconhece as comunidades tradicionais como populações vulneráveis. Então, os dois casos, do Melão e do Itacuruçá Pereirinha, eles se enquadram integralmente nas prioridades definidas pelo próprio Estado. A gente se organizou e apresentamos os estudos e propostas, e o Estado reconhece, mas a resposta para as ações são incompatíveis a urgência da situação, então, o que a gente vem pedir aqui hoje é que a gente tenha respostas imediatas, com definição de responsabilidades, cronogramas claros e medidas emergenciais compatíveis com a gravidade do risco. É um risco conhecido, não só aqui, a gente está com publicações, artigos, está no relatório da ONU, tem documentos que subsidiam os projetos, as vistorias técnicas, o risco que é conhecido, os planos reconhecem, os estudos existem e precisamos de ação agora. É isso, obrigada.

00:49:03 Naiana Lanza: Obrigada, Tatiana. Passamos, então, a palavra agora ao conselheiro Crepaldi. O senhor tem três minutos.

00:49:15 Ricardo Crepaldi (ABES): Obrigado. Bom dia a todos. Feliz 2026 para todos e a todos que estão aqui, estão online, nossos amigos, e na pessoa da secretária Natália, cumprimento todo mundo pelo nosso início das tarefas do ano. Bom, eu vou falar somente de um item, que é o item que nós colocamos, a ABES preparou, ela tem um item chamado O Ranking do Saneamento, da universalização do saneamento, e a gente, em dezembro, a gente publicou nosso relatório de 2025 com dados oficiais do governo, através do Sinisa, que é o Sistema Nacional de Informações do Saneamento, que todas as prefeituras ou empresas de concessão colocam as informações, é um sistema auto declarado. Então, ele visa também esses dados, visam também a ter mais recursos e várias coisas do governo, não só do governo federal, como de outros governos, de estados e municípios. Como funciona isso daí? Esse ano a gente fez com 2.483 municípios do país, 45% do país. A gente, desde 2017 nós fazemos esse relatório, e em São Paulo são 577 municípios, dos 645, então, 89% do estado está coberto, das cidades do estado. Então, como funciona? São vários itens: atendimento da população total com rede de abastecimento de água, atendimento da população total com rede coletora de esgoto, esgoto tratado referido à água consumida, coleta de resíduos sólidos e disposição final adequada dos resíduos sólidos, fora um item adicional que é derivado da saúde, que é o índice de veiculação de doenças da questão hídrica. Vamos resumir algumas coisas, mas agradecer as cidades, são três cidades que ficaram em primeiro lugar no estado de São Paulo, Presidente Prudente, Leme e Paranapuã. Todas com pontuação máxima, porém, a taxa de internações aqui que fala a mais baixa taxa internações para veiculação hídrica, e Presidente Prudente, então, ficou em primeiro lugar no estado de São Paulo, e também no Brasil. Então, parabéns a Presidente Prudente. E o importante é a gente analisar os dados depois que a gente consegue fazer o relatório. Só para ter noção, Presidente Prudente ficou em primeiro e a cidade de São Paulo, em 229, no Brasil. Só um ponto a considerar de tudo isso é que 56 municípios estão rumo à universalização, que tem uma faixa lá que vocês vão poder olhar no relatório lá, é uma divisão, isso em 2025, no município de São Paulo. Só que no último relatório nós tínhamos 91, então vários municípios caíram, então resta agora a gente analisar o porquê disso cair no ponto. Então, era isso que eu ia colocar e convidar vocês a acessar o site da ABES e olhar o relatório de cada cidade de vocês.

00:52:33 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, Fernanda Carbonelli, por favor.

00:52:50 Fernanda Carbonelli (ICC): Bom dia a todos. Reitero aqui os votos de um ano melhor. Que possamos ser mais resilientes, porque as coisas também não estão fáceis. Peço um pouquinho desse espaço para agradecer a Naiana pelos retornos referente ao Licenciamento Ambiental Municipal, mas coloco aqui uma extrema gravidade do que está acontecendo, de fato, com o Licenciamento Ambiental. Então, nós deliberamos aqui a resolução CONSEMA 01/2024, que delegou aos municípios o Licenciamento. Pois muito bem, os municípios fizeram as suas inscrições, isso foi publicado no Diário Oficial, fizeram as suas organizações locais, aqueles que não tinham um conselho ativo o ativaram, para que então pudessem fazer o Licenciamento. Se a gente fizer uma amostragem rápida no site da SEMIL, entrando no site das prefeituras, pelo menos de 20, eu perdi dois dias da minha vida fazendo isso, nós não temos nenhuma informação clara sobre o Licenciamento Ambiental. O que a gente tem que fazer? A gente tem que entrar nas atas da reunião do conselho para buscar ali alguma informação do que foi licenciado pela prefeitura. Não foi isso que nós deliberamos aqui. Nós temos aqui as atas do que foi discutido, as nossas preocupações, que nós deixamos claro aqui, e continua sendo repetido os mesmos erros. Esses Licenciamentos estão sendo feitos errados, e eu não tenho nenhum constrangimento de falar isso, até porque eu estou assistindo de camarote, principalmente no litoral norte. Os municípios que tiveram, que foram buscar o consórcio para esse Licenciamento estão um pouquinho melhores, apesar da gente ter vários questionamentos a respeito do consórcio. Os municípios que estão fazendo por si próprio estão demonstrando uma ineficiência, uma falta de transparência e irregularidade na condução da resolução, porque não era para ser feito dessa forma. Então, eu acho que a gente tem um problema de extrema gravidade, que foi aqui colocado, o primeiro ofício foi no dia 10 de julho de 2025. A gente sabe que a SEMIL tem tantas coisas para tratar, mas nós temos 577 municípios, não sei quantos aderiram, uma boa parte aderiu ao Licenciamento Ambiental, e nós estamos sem controle de transparência para poder visualizar o que de fato está acontecendo. Então, eu venho aqui novamente, em nome do coletivo das entidades ambientalistas do Estado de São Paulo, trazer essa preocupação e pedir para que a gente possa acelerar a condução dessa reunião e das providências. Inclusive, quero convidar o doutor Luiz Fernando a fazer parte desse grupo, dessa reunião, para acompanhar isso, porque temos uma questão grave da falta de transparência. A gente tinha discutido isso lá atrás, então peço uma celeridade, uma atenção da SEMIL para que a gente possa efetivamente conseguir melhorar essa questão tão importante para desatolar a CETESB, que é a questão do Licenciamento Ambiental. E antes de finalizar, eu gostaria de dizer à secretária Natália que nós estamos enfrentando um problema muito grave no litoral norte. Nós estamos com uma pressão territorial exacerbada. Faz 20 anos que eu dedico a minha vida a cuidar de um pequeno território próximo as praias da Baleia e da Barra do Sahy. Foi o território que foi tomado pela tragédia em 2023, onde 64 mortes ocorreram, sendo 23 crianças. Pois bem, esse território continua a ser ocupado, nós tivemos reunião com a Polícia Ambiental relatando a gravidade do que está acontecendo no litoral. Nós temos uma base da Polícia Ambiental, localizada no bairro São Francisco, em São Sebastião. Ubatuba, Ilhabela e a costa sul de São Sebastião ficam desguarnecidas pela quantidade de demanda que está acontecendo. A Polícia Ambiental, a gente sabe que é uma polícia séria, mas não consegue dar conta desse território, principalmente em alta temporada. São quatro horas para atravessar ali um pequeno trecho de estrada. Nós

precisamos de uma fiscalização efetiva, delegada, mais efetiva da Polícia Ambiental olhando para essa questão do litoral norte, das invasões e do descontrole que está acontecendo. Te convido, Natália, muito próximo da Vila Sahy, nós temos áreas que estão sendo devastadas. Só no mês de novembro e dezembro foram 79 denúncias impetradas, e a gente precisa do apoio do governo do Estado nessa questão de ocupações irregulares do litoral norte. É uma questão latente já há muitos anos, é um passivo ambiental, mas agora muito agravado por esse novo movimento de ocupação. Então, eu venho pedir e deixar registrado nesse conselho, e pedir apoio da SEMIL nesse sentido. Obrigada.

00:58:13 Naiana Lanza: Obrigada, Fernanda. Passo a palavra agora ao conselheiro Eduardo Victorino, representando o CREA.

00:58:24 Eduardo Victorino (CREA): Bom dia a todos. Bom dia, Natália, nossa secretária, cumprimento a todos que estão sentados à mesa, o pessoal que está online. É mais um registro que eu quero fazer, que é o seguinte: todo mundo conhece o Parque Estadual da Cantareira, lindo, não é? Uma fauna maravilhosa, nós temos a parte silvestre, também maravilhosa, produção de água, e nós tivemos um incidente agora mesmo, um acidente, entre a ligação São Paulo e Mairiporã, uma morte de uma onça parda. E aí eu queria fazer aqui um agradecimento à Fundação Florestal, que rapidamente fez uma reunião conosco, trazendo São Paulo para sentar à mesa junto com Mairiporã e com os técnicos da Fundação Florestal que estão sentado ali as meninas, muito obrigado por ter estado conosco lá. E nós saímos de lá com uma agenda importante, que é uma agenda no dia 10 de fevereiro, para nós fazermos então o nosso Plano de Controle de Operação, porque tem uma estrada que corta o Parque Estadual da Cantareira e tem toda estrada que margeia ali a área de amortecimento. E a fauna do Parque Estadual da Cantareira, que é uma área de proteção integral, ela é fantástica, e nós já tivemos três mortes de onça, uma onça parda e duas jaguatirica. E aí, também agradecer a Fundação Florestal, que sempre está conosco, em nome da Kátia Basso Florindo, que esteve com a gente lá, é só ver no dia 10 de fevereiro. E também agradecer o nosso prefeito Aladim, o Walid Ali Hamid, que nós já colocamos várias placas, viu secretária, nessa estrada, mostrando a oncinha parda lá. Nós sabemos que o nosso problema maior é a velocidade, a alta velocidade nessas vias que atravessam os parques. Nós colocamos 12 placas ontem, mostrando essa parte da fauna, e um trabalho técnico. Eu sempre falo que o mais importante é o trabalho técnico que nós fazemos, e agora, junto com a Fundação Florestal também. E vamos continuar trabalhando, porque é importante a proteção dessa fauna nos parques estaduais de proteção integral. Obrigado, viu?

01:00:32 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, então eu vou pedir para o Nalon, e depois o Leduc.

01:00:39 Marco Nalon (IPA): Bom dia, secretária, colegas. Mais para dar um anúncio de uma parceria que a gente está iniciando. Se iniciou aqui, principalmente em função do CONSEMA uma aproximação do Instituto de Pesquisas Ambientais com a Sociedade Civil, inicialmente aqui com a parceria com o Leduc, com o CEPAN, com a instituição que vocês têm uma organização no Litoral Norte. Qual é a ideia? Nós temos o inventário florestal, com o mapeamento da vegetação nativa do Estado, e a gente tem sempre alguma lacuna que a gente vai aperfeiçoando,

uma delas é uma identificação mais aprimorada das formações vegetacionais costeiras, que demandam um trabalho mais ali de conhecimento de campo. E a gente encontrou aqui com o Eduardo uma iniciativa que eles têm em Caraguatatuba, justamente nesse sentido. Nós fizemos uma primeira reunião onde nossos pesquisadores estão avaliando o material e vendo realmente, tem uma qualidade técnica de excelência. Ele converge com os nossos mapeamentos, então, a ideia é que a gente comece a construir dentro do conceito de ciência cidadã, uma aproximação inicialmente ali no Litoral Norte. Viu, Fernanda, vou até já dar um spoiler para você, que você está na nossa lista para a gente conversar, de trazer essa aproximação para que, para as lacunas que a gente tem de identificação de vegetação costeira, estou me referindo a mangue, restinga, restinga, principalmente. A gente tem uma identificação mais genérica no nosso mapeamento, mas a legislação do CONAMA exige um detalhamento melhor. Então a gente quer chegar nesse detalhamento, um depara para ajudar o que? O policial ambiental que chega lá e fala: “olha, isso é tal categoria, que também significa o quê na legislação do CONAMA”, e poder atuar de uma forma mais precisa e também no Licenciamento, além de a gente ter a nossa faixa costeira melhor identificada. E a melhor estratégia que a gente encontrou até agora é essa que a gente está começando a construir junto com a sociedade civil, buscar mais organizações ao longo do litoral inteiro e a gente ter isso mapeado. Uma vez mapeado, validado, incorporar nossas bases oficiais da Secretaria e ter acesso público a todos. Então, o pontapé inicial foi aqui, com o Leduc, mas a gente quer facilmente, acho que rapidamente ampliar isso para todo o litoral, trazer a ciência cidadã para dentro da instituição também. E aí o Leduc tem mais detalhes para falar sobre isso.

01:03:28 Naiana Lanza: Legal, Nalon, obrigada. Leduc, por favor.

01:03:29 Eduardo Leduc (Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta): Bom dia a todos. Eu quero falar algumas palavras que ontem eu, conversando com o Nalon, vocês me conhecem, para eu não ficar divagando, não sou repentista, eu escrevo para ficar dentro de dois minutos. Muito obrigado, senhora Natália e Nalon por trazer para a SEMIL esta iniciativa que moderniza a gestão, fortalece a participação social, estimula o conhecimento técnico produzido nos territórios. A ciência cidadã é a produção compartilhada de conhecimento científico, por meio da colaboração entre profissionais habilitados e a sociedade. É o caminho que motiva a geração de dados locais relevantes, com rigor técnico e amparada por diversos marcos legais no Brasil, porém, infelizmente, muito pouco implementada até hoje. A gente se sente muito honrado de usarem como referência, neste primeiro caso, a avaliação ambiental das bacias hidrográficas dos rios Tabatinga e Mococa, no Litoral Norte. Trata-se de diagnóstico detalhado que identifica a classificação de vegetação, também fauna, corpos hídricos e até mesmo o risco de ocupação com base nos estudos do próprio Estado, mas complementados com estudos de geologia locais. Esse estudo foi crucial já para o desenvolvimento do primeiro Programa de Vizinhança Solidária Ambiental, conjuntamente com a Polícia Ambiental e outras entidades, e também para o treinamento de classificação de vegetação dos ambientes costeiros, em conjunto, cujo conteúdo foi desenvolvido em conjunto com a Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental e com a Polícia Ambiental. Isso mostra a importância de alcance e o alcance de estudos locais com desenvolvimento compartilhado. A gente chega muito mais longe na localidade com estudos locais do que somente os dados do Estado. Tenho certeza que essa ação fará que outros estudos

existentes sejam trazidos e que novos sejam realizados. Estou muito orgulhoso de falar aqui, e eu tenho certeza que essa ação fará que outros estudos existentes sejam trazidos e que novos sejam realizados. Desenvolvimento científico local, contribuindo também para a formação de profissionais, alunos e docentes na localidade. Pela nossa experiência, quando a gente vai falar em uma escola, é muito mais tangível a gente apresentar um dado local sobre meio ambiente do que um dado macro do país. Eles se engajam muito mais, tanto professores como alunos, e a gente vai estimular profissionais. Então, novamente, muito agradecido. Eu acredito que é um pontapé para que a ciência cidadã seja considerada e que abra a porta para outros profissionais que vão buscar recursos. Esses estudos custam, mas de forma organizada e sendo aceitos pelo Estado, eu tenho certeza que recursos aparecerão para que a gente faça em conjunto e enriqueça a base de dados do Estado. Muito obrigado.

01:06:32 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência eu passo a palavra ao conselheiro Manara. E só informar aqui que a Paola pediu também para fazer uso da palavra. Por favor, Manara.

01:06:43 Marcelo Manara (ANAMMA): Bom dia a todos. Desculpe o atraso. Teve um acidente na Dutra. Secretária Natália, bom dia. Primeiro, gostaria de agradecer e parabenizar o grande lançamento da Sabesp lá no Parque Tecnológico São José dos Campos. Agradece a presença da secretária Natália, da diretora Liv. Uma grande conquista para todo o Estado, para a Sabesp e para nós, especialmente lá no Parque Tecnológico São José dos Campos. Eu vim acompanhando no telefone aqui a questão do Licenciamento Ambiental Municipal. Eu gostaria de, em nome da ANAMMA, solicitar que todo o desdobramento dessa análise pudessemos participar, seja numa reunião, seja numa Câmara Técnica, alguma coisa. É um assunto requeitado aqui, e a ANAMMA sempre se posiciona muito a favor e trabalha para o fortalecimento do Licenciamento Ambiental Municipal. Então, gostaríamos de participar desse debate. E, por fim, dizer que ontem foi aprovado numa audiência pública em São José dos Campos, o Plano de Gestão Distrital de São Francisco Xavier. Um Plano diretor vocacionado em garantias, no desenvolvimento humano baseado na biodiversidade, na água e na bioeconomia, e é um trabalho inédito, muito interessante, que depois eu gostaria de disponibilizar para o acervo aqui do CONSEMA. Obrigado.

01:08:12 Naiana Lanza: Seguimos, então, agora para a Paola e depois o Rodrigo. Por favor, Paola.

01:08:12 Cap PM Paola Wohnrath Mele Somense (SSP): Obrigada, Naiana. Bom dia a todos. Eu queria comentar a fala da Fernanda em relação ao serviço da Polícia Ambiental no Litoral Norte. Nós temos também duas sedes da Polícia Ambiental no município de Ubatuba, uma sede no município de Caraguá, uma sede no município de São Sebastião. Além disso, no município de Caraguá, a gente já chegou a apresentar aqui no CONSEMA o programa Vigilância Solidária Ambiental, que é muito importante, é uma iniciativa da população local em trazer informações para que a Polícia Ambiental consiga agir na fiscalização com maior eficiência. E a gente está à disposição para que esse programa possa ser implantado em outros municípios da região, mas na época que foi apresentado aqui no CONSEMA, até o Leduc também fez uma apresentação,

ele funciona muito porque ele é uma iniciativa que parte da população, da comunidade local, em trazer essas informações para a fiscalização poder agir com um direcionamento melhor. Além disso, a gente tem a nossa Carta de Serviços que traz os sete serviços prestados pela Polícia Militar Ambiental, entre eles o Serviço de Monitoramento Ambiental por imagens de satélite, onde a gente consegue fazer um monitoramento das supressões de vegetação e das áreas que estão sendo ocupadas para conseguir fazer a fiscalização mais assertiva. Inclusive a DPFA, a Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental apoia a gente nesse monitoramento ambiental, trazendo informações que, para a gente, são muito úteis na fiscalização, e no nosso serviço de controle ambiental integrado, a gente está à disposição para firmar parcerias, termos de convênio de atividade delegada, assim como a gente tem, no município de Caraguatatuba, temos no município de Mairiporã, com uma iniciativa muito boa, que até a gente chegou a apresentar aqui no CONSEMA, junto com o Victorino, onde o município delega para o Estado, para a Polícia Ambiental, algumas atribuições de fiscalização ambiental, que são inerentes do município. Então, além da fiscalização ambiental realizada por Estado, pelo Estado, por uma iniciativa de delegação, por um termo de convênio de delegação, a gente faz também a fiscalização relativa ao município, e a Polícia Ambiental está à disposição para firmar esses convênios de atividade delegada, tanto no Litoral Norte como em todo o estado de São Paulo. Estamos à disposição para receber essas informações e poder fazer uma fiscalização bem específica. Obrigada.

01:11:16 Naiana Lanza: Obrigada, Paola. Passo, então, a palavra agora ao conselheiro Rodrigo, o último inscrito.

01:11:21 Rodrigo Levkovicz (FF): Bom dia a todos e todas. Pessoal, basicamente falando um pouco da erosão costeira, e aí a própria secretária Natália conduzindo isso, a gente tem envidado esforços, então há um envolvimento dos técnicos da SP Águas, o professor Paolo. Não temos ainda um projeto executivo, mas já temos um projeto quase chegando nesse nível para o Melão. Não é algo simples, a gente tem que analisar a dinâmica das correntes e da sedimentação, tanto do mar de dentro como da parte oceânica, mas isso tem sido trabalhado como prioridade pela Secretaria, até a pedido da Natália, sob a coordenação da Marina, de Mudanças Climáticas, já foi instituído um Grupo de Trabalho que tem congregado a Fundação Florestal, SP Águas e Gabinete da SEMIL para analisar a questão como um todo, mas a gente está correndo para que a gente consiga evitar essas ressacas. Há um incremento desses eventos climáticos e há uma piora das condições do processo erosivo, isso para o Melão. Em relação ao Itacuruçá Pereirinha, a gente acabou respondendo a demanda da comunidade. Eu até conferi agora com a Emilly, é preciso que a gente encaminhe esses pedidos de realocação via formal, a gente não tem esses pedidos protocolados ainda, a Emilly sabe desses pedidos. Ali tem uma urgência menor do que o Melão, então a gente tem essa consciência, e o impasse que está ali, que a gente está trabalhando agora, é na definição de um ordenamento para a realocação. A gente não quer fazer autorizações pontuais, mas sim pensar na realocação da comunidade de uma forma mais integral e mais ordenada, para que a gente possa pensar acesso, abastecimento de água, tratamento de esgoto, áreas mais familiares, lotes familiares, aonde que vai ficar o comércio, e o que a gente teve de autorização agora, foram os três comércios que estão na praia que puderam ser recuados para que tivessem um menor efeito da erosão que está acontecendo lá. Mas finalizando, para dizer que está encaminhada a questão, de forma até estrutural, não só pela Fundação Florestal,

mas como pela Secretaria de Meio Ambiente, e acho que é um tema bastante importante que a gente está se dedicando. E é algo novo, algo que é um desafio mundial que a gente tem se debruçado. Obrigado.

01:14:07 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passo, então, a palavra agora à presidente do conselho para suas considerações. Por favor, secretária.

01:14:13 Natália Resende: Obrigada, Naiana. Bom, vamos lá. Eu vou pela ordem aqui, aí até puxando um pouco do gancho do Rodrigo, Dauro, Tatiana, primeiro obrigada por você ter vindo aqui. A gente tem tido um olhar muito especial e com muita prioridade para esse problema desde o primeiro momento que me trouxeram isso. Eu tenho um carinho muito especial por lá, foi o primeiro lugar que eu fui quando a gente chegou aqui na gestão, na Ilha do Cardoso, com a Fundação Florestal, para a gente fazer um convênio lá da questão da exploração, da gestão do turismo comunitário lá na região. Então, desde o início, uma das primeiras medidas que a gente sempre teve foi olhar para comunidades tradicionais, como é que a gente consegue, junto com vocês, melhorar diante de um cenário desafiador. E como é que a gente vai trabalhar aqui, até te atualizando, que aí foi uma coisa que a gente inclusive teve reunião essa semana, a gente está tendo reuniões constantes desde que me chegou esse problema específico, além de tudo o que a gente vem fazendo naquela linha de comunidades tradicionais, que a gente combinou lá, que a gente ia fazer, ia colocar no PPA e colocamos, fizemos isso tudo aqui. A gente vai olhar pontualmente e a gente vai olhar de uma forma estrutural, por quê? Porque quando a gente colocou no PEARC, você comentou bem, um eixo de Zona Costeira, não foi por acaso. Foi para, primeiro, dar a prioridade do Estado de São Paulo em relação a esse tema, que é um tema que, muitas vezes, é até esquecido e que não pode ser mais. Nunca poderia, ainda mais no cenário de mudanças climáticas. Então a gente colocou lá, colocamos ações prioritárias, sub ações, enfim, e aí a gente vem desenvolvendo de uma forma muito organizada e planejada, porque não é simples e a gente precisa entender, aí vou falar da forma estrutural, depois vou para o caso concreto. A gente precisa entender na nossa Zona Costeira inteira o que a gente precisa prevenir. Então eu tenho muito essa palavra aqui comigo que você falou, é prevenção. Então, se tivessem feito isso eu não sei há quantos anos lá, que você falou, talvez a gente não estaria nessa situação de hoje. Então assim, vamos olhar toda a nossa Zona Costeira e vamos fazer diagnóstico, vamos estudar de forma mais aprofundada, porque falta isso, de fato no Brasil e no mundo, eu diria. A gente tem estudado muito esse assunto, e daí é o grupo que o Rodrigo falou. Então, a gente chamou a nossa Assessoria de Mudanças Climáticas, que a gente criou para ver também, para dar essa prioridade. Aí a gente vai chamar a academia, os especialistas, a gente tem o privilégio de ter um professor especialista nisso na SP Águas, enquanto servidor, que é o Paolo, e tem ajudado muito a gente nessas questões, mas a gente precisa difundir também mais conhecimento em relação a esse tema. Ele é muito restrito, a gente precisa estudar mais e precisa estudar a particularidade de cada um dos pontos do nosso litoral sul, centro, norte. Cada um tem sua particularidade, para a gente saber aonde que de fato eu preciso fazer uma intervenção e qual é a intervenção que é menos gravosa, mais natural para a gente também não ficar concretando o nosso litoral inteiro, falando a grosso modo aqui. Qual a solução baseada na natureza que, eventualmente, eu aplico? E ela é efetiva? Como ela é efetiva? Porque não adianta também fazer determinadas intervenções se elas não são efetivas. Aonde que, por outro lado do

nosso litoral, vão acontecer alterações, que elas vão acontecer, e a gente tem que estar preparado para aquilo? Porque não adianta, sabe, não tem efetividade determinadas medidas, porque é isso que a gente tem observando tanto lá quanto em Peruíbe também, que a gente teve uma ação também muito rápida para a mesma coisa, proteger cada qual com sua particularidade, mas para poder proteger e que agora também e agora vou passar para as ações pontuais, porque a gente tem esse plano, então a gente vai fazer contrato, vai chamar academia, especialistas, vai perturbar o Nalon, vai chamar o IPA, que a gente precisa se aprofundar muito nessa questão. E aí a gente tem visto cada caso. Por exemplo, lá em Peruíbe a gente estava discutindo de ver como é que a gente protege nos demais metros, que a gente fez 300 ali e a gente tem que ir até o final, e o espigão parece que não vai ter efetividade, vai prejudicar o meio ambiente. Uma coisa que a gente está estudando aqui, só trazendo um pouco para compartilhar com vocês, o que nos preocupa mais lá, como o Rodrigo falou bem, é a parte do Melão e de qual intervenção é efetiva para a gente fazer lá. E aí a gente tem sim um projeto que a gente, desde quando veio aqui, a gente vem desenvolvendo, estudando, o que a gente vai fazer aqui é juntar todas as nossas forças aqui, então a gente vai juntar a SP Águas, o DER, que agora vai virar Deinfra, que a gente quer olhar a infraestrutura de uma forma mais integrada, não só rodovia separada, não. Também com esse olhar para a gente já lançar o pacote licitatório para lá, para a gente já conseguir fazer a proteção. Aí o que a gente está estudando? Qual é a proteção que vai ser efetiva? Qual é a proteção também menos intrusiva para a gente olhar o meio ambiente e proteger as pessoas, vocês. Então, é isso que a gente está acabando de estudar em relação a aquela região. A gente já tem olhado a questão de recurso, para ter recurso do Estado para a gente colocar lá, tá? E aí, para reforçar a prioridade que é para a gente. E aí, a gente já está tratando de uma forma bem particular o Melão em si. Então, a gente já está correndo para ver todo o pacote licitatório necessário e aí montar cronograma e ir lá conversar com vocês e passar os prazos, porque não é algo tão simples. Então, não é uma coisa que a gente consegue fazer muito rápido, por isso que a gente vem estudando, porque se não, se a gente também querer fazer muito rápido, a gente pode não resolver o problema. Então a gente tem que ter essa preocupação de efetividade, e aí a gente quer fazer junto com vocês, tá? A gente quer sentar, explicar, mostrar prazo. Sem prejuízo do que o Rodrigo falou, de aonde a gente consegue já fazer realocações, combinar com vocês, aí a gente senta e combina, tá? A gente quer fazer tudo junto, como a gente fez lá em Peruíbe também, tá? Então a gente está acabando de fechar aqui esse pacote, o cronograma e a gente vai lá e senta com vocês para mostrar, mas é super prioridade para a gente, tá bom? Bom, aí o Crepaldi falou do ranking do saneamento, Presidente Prudente, sendo referência em biometano e em saneamento, né? Você sabe o que acontece com os indicadores? Isso é uma coisa que a gente precisa discutir, se você quiser me chamar lá na ABES para a gente discutir um dia, eu vou ficar super honrada e feliz, e parabenizar o trabalho da ABES, viu Crepaldi? É sempre uma satisfação para a gente. Acho que uma coisa que a gente precisa colocar o dedo na ferida, e a gente colocou aqui no contrato da URAE I, é que os indicadores, a maioria. Eu não vou falar todos porque eu não vou generalizar, mas a maioria não olha o território inteiro dos municípios, eles não consideram o território inteiro. Isso eu via de uma forma muito clara aqui no estado de São Paulo. Quando eu cheguei, eu comecei a pegar os municípios que estavam prestados, que são prestados pela Sabesp, a área considerada de universalização, Salesópolis, um município desse tamanho aqui, era isso aqui. Tinha uns 5.300 domicílios dentro, 4.800 fora. Era praticamente o município inteiro que não estava sendo enxergado no indicador, porque

muitos estados, enfim, muitos lugares, muitos municípios tiram a área rural e a área informal passível de regularização. E aí, por exemplo, o índice que você vê de tratamento em relação ao coletado, não é nem em relação ao total, e isso é uma coisa que a gente tem que mudar. A gente mudou isso no contrato.

01:22:44 Ricardo Crepaldi: Secretária, eu posso adicionar um ponto que é perigoso nesses indicadores, que tem que ser combatido, o exemplo desse relatório em Ribeirão Preto. Em Ribeirão Preto, ele passou a 8% de índice da parte de resíduos, e não é isso. Mas aí eu fui atrás de descobrir por que aconteceu isso, porque a troca de governo, eles derrubaram o índice para que o governo seguinte não obtivesse mais recursos. Isso, numa autodeclaração que é obrigatória, isso daí é legal.

01:23:19 Natália Resende: Depois a gente discute com calma esse tema, porque se puder, no âmbito da ABES, eu tenho várias contribuições, porque no âmbito dos 371 municípios que estão na URAE I, hoje eles consideram todo o território. E aí, o que a gente escreveu, e eu deixei escrito porque eu queria que estivesse escrito mesmo. Se você olhar a tabela do antes e a tabela do agora, a gente colocou um parágrafo embaixo dizendo isso que eu estou falando aqui, que você precisa considerar o território inteiro. E aí o indicador ia cair, o denominador quando aumenta, o indicador cai. Só que é o indicador verdadeiro. Então, no saneamento a gente tem que começar a botar o dedo na ferida para de fato a gente resolver os problemas. Então a gente tem tentado fazer isso aqui no Estado de São Paulo. A capital, por exemplo, que você falou que desceu, é claro que desceu. Perus, tinha zero de tratamento de esgoto, agora vai ter em março, já 400 mil pessoas ali. Não era considerado um indicador. Francisco Morato, Cajamar e Franco da Rocha, 0% de tratamento de esgoto em 2022. Agora vai chegar a 60%, 70%, agora ao final do ano. Então assim, isso estava fora, isso ninguém estava enxergando. Agora a gente está enxergando, porque tem um contrato mais claro. O Litoral Norte também. Eu daria trocentos exemplos aqui, mas depois vamos, se quiser, pela ABES chamar, a gente senta e aí eu posso também levar esses dados, números, tem tudo isso escrito.

01:24:52 Ricardo Crepaldi: A gente abre uma discussão, secretária, até porque isso é muito importante para o Estado e, inclusive, para o país.

01:24:57 Natália Resende: Estou à disposição. A Naiana vai cortar meu tempo.

01:25:02 Naiana Lanza: Não secretária, mas eu só queria lembrar, pessoal, que depois da fala da secretária, não são permitidas palavras a parte da secretária, senão a gente fica aqui no debate, a gente não consegue avançar. Então, eu peço novamente a gentileza de a gente deixar a secretária falar, se a gente tiver coisas depois, isso é regimental. Desculpa, secretária.

01:25:20 Natália Resende: O que ela quis dizer, assim, não fala que, senão, a secretária vai ficar conversando, e aí a reunião não acaba. Aqui, só aproveitando, e até para quem está aqui das organizações das entidades da sociedade civil, ontem a gente lançou, nos moldes que é o CONSEMA, e eu me inspirei muito aqui no CONSEMA, para a gente fazer um cadastro permanente das entidades da sociedade civil nas URAES. Quem puder olhar, participar, para a

gente é muito bom. E aí, não só na URAE I que eu estou falando, nos 645 municípios, nas URAES que a gente está, e sub URAES que a gente vai criar, tá? Então, deixar aqui, está lá no nosso site, enfim, porque isso para água e esgoto, drenagem e resíduos, para a gente é bem importante. Entrando, Fernanda, no que você falou, eu até abri aqui o nosso site, porque eu tenho uma diretriz interna e externa, eu primo muito por transparência, muito, muito. Para mim é uma das coisas mais importantes enquanto servidora pública, como diretriz aqui de vida. Não é por acaso que quando a gente chegou, a gente correu muito atrás para poder estruturar ouvidoria, comissão de ética, a parte de compliance, a accountability, não só nossa, mas das nossas vinculadas. E aí, no ano passado, a gente até recebeu um reconhecimento da Controladoria Geral do Estado, por ser a Secretaria, o órgão que mais tem transparência e que mais tem satisfação no atendimento a usuários, mas isso porque a gente tem cada vez tentado aprimorar mais. Então, o que a gente puder fazer no nosso site para a gente trazer de melhoria, de transparência, a gente vai fazer, já é prioridade, aqui estava falando com a Naiana, até abrir aqui a parte de Licenciamento Ambiental Municipal, são 94, aparece aqui a lista, e aí eu abri a deliberação para lembrar, porque tem o anexo 5, que o município tem que mensalmente, até dia 15 do mês, disponibilizar publicamente e enviar uma cópia ao respectivo Conselho de Meio Ambiente, então ele tem que ter isso. Eu estava até conversando com ela, não sei se da gente puxar, aí Manara, depois a gente podia conversar, até porque transparência é muito importante, sabe? E a transparência ela nos ajuda nas competências. Que a gente fez esse questionamento ao CJ, para a gente ter tudo isso estruturado, porque o que acontece, se a gente for olhar a Lei Complementar 140, na verdade, o que foi feito aqui pelo CONSEMA não é nenhuma delegação, são atribuições, e isso não vou nem discutir a questão confessional, mas são atribuições, são do município. Não é que a gente delegou, é uma atribuição do município de acordo com critérios. Enfim, o que a gente precisa discutir é assim, como cada vez mais a gente dar transparência, cobra, se não atender, quais são as consequências. O que é certo. Então, isso, eu acho que é uma coisa boa da gente discutir. Então, não deu transparência, não está cumprindo, o que o CONSEMA pode fazer? Como é que a gente faz uma sistemática de aqui no CONSEMA, de trazer, então, eu acho que a gente poderia estruturar isso melhor. Eu acho que estruturando isso bem, vira até pedagógico, certo? Então vamos fazer isso, conta 100% com a gente para a gente fazer isso. Estava falando aqui com a Naiana também nessa linha. E aqui do Litoral Norte, acho que a Paola falou, a gente está à disposição aí também, seja para convênio com São Sebastião, seja também, aí é uma coisa que a gente vai intensificar esse ano por conta também do saneamento, eu acho que eu te falei isso já. Isso também vai nos ajudar a fazer esse mapeamento do território, porque qual é o nosso grande desafio da universalização? São essas áreas que a Fernanda falou. Então, o que a gente está fazendo? E aí eu fui até também pedir apoio e ajuda, enfim, cada qual com o seu papel, claro, mas com o Ministério Público, para a gente olhar nas nossas áreas aonde que, de fato, eu levo água e esgoto, aonde que eu tenho que fazer uma progressividade de realocação de pessoas, aonde eu não posso levar também água e esgoto, que a gente tem que, na verdade, fazer uma atuação mais de fiscalização e comando e controle. Por quê? Porque a gente tem hoje um contrato muito robusto de poder chegar a universalização. Tem áreas que eu posso, tem áreas que eu não posso. Então vamos definir isso e vamos entrar onde eu tenho que entrar, aí fazer outra política, política habitacional, congelamento de verdade. Sabe, isso é uma coisa que a gente tem discutido muito em conjunto. A gente quer que a sociedade civil faça parte, porque vocês conseguem comunicar muito melhor

com as pessoas do que a gente, em várias ocasiões. Então, para a gente é muito importante e a gente está fazendo isso, que é acelerar esse ano. Bom, então acho que eu falei aqui da Fernanda. Do Victorino, estamos à disposição, Victorino, também para essa questão de atropelamento de fauna. Isso é super importante para a gente. E aí a gente tem tentado também, no âmbito do programa que eu comentei de fauna, ver o que de diretiva da CETESB, por exemplo, que eles lançaram em relação aos licenciamentos para melhorar essa questão de fauna nas concessões. No DER, a gente está chegando no DER a 159 passagens de fauna já, e praticamente todos os nossos quilômetros monitorados. E aí a gente vai começar a fazer isso georreferenciada até para a gente ver, junto com a Fundação Florestal, né, Rodrigo, a gente estava falando isso essa semana, para cada vez evoluir mais, ver o que precisa fazer de passagem, qual tipo também, tem toda uma especificidade aqui, de acordo, também, com a diretiva da CETESB. E queria aqui agradecer também muito e parabenizar, vou fazer em conjunto, Nalon e Leduc, obrigada pelo trabalho de vocês, e eu concordo com o Leduc, não vou nem falar piloto, porque para mim já é um projeto que vocês estão fazendo, que vai ser referência, e que a gente quer expandir. Acho que é uma coisa que é tão importante para a gente, e eu tenho só a agradecer, na verdade. Então, você me agradeceu, mas o agradecimento é meu, é nosso, aqui da Secretária, e a gente quer fazer isso, que isso seja de exemplo, que seja referência. E aí eu tenho certeza que com o IPA a gente vai conseguir fazer isso. Obrigada, parabéns, viu? O Manara falou do hub de inovação, que também acho que vai ser muito importante para essas discussões de saneamento, de universalização. Eu fui lá, acho que é bem interessante. Não tem lugar melhor também que São José dos Campos para isso. Acho que a Naiana vai cortar meu tempo. É isso, gente. Obrigada. Estamos à disposição para responder todas as dúvidas.

01:32:29 Naiana Lanza: Obrigada, secretária. Bom, entramos agora na Ordem do Dia, então temos como primeiro ponto de pauta, pauta que foi solicitada pelos conselheiros e também pela própria Fundação Florestal, que é sobre a apresentação da nova estrutura administrativa da Fundação. Então eu convido o Rodrigo, por favor, para ir lá no púlpito para fazer uso da palavra e fazer essa apresentação bastante esperada por todos e todas. Rodrigo, seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA.

01:33:11 Rodrigo Levkovicz: Estou nervoso hoje, viu? Tem muita gente da Fundação. Agradeço a presença de todos. Bom, a gente passou por um processo de modernização administrativa e a primeira coisa que eu queria trazer é que modernizar não quer dizer que o que existia era antiquado, mas só que as instituições elas vão se aperfeiçoando ao longo do tempo, de acordo com os desafios que elas vivenciam no presente. Então a gente tinha uma estrutura, passou a ter a outra, mas deixar claro que as estruturas que vieram todas foram importantes, e essa, um dia, também vai ser modernizada, reavaliada, faz parte da dinâmica natural das coisas. A gente botou o curupira aqui para fazer uma brincadeira. Todos nós temos que ser curupiras cada vez mais, defender a natureza, é um símbolo brasileiro, então fica aqui como uma provocação legal. Eu quis fazer uma apresentação mais suave, o organograma geralmente já é chato, então também trouxemos essa perspectiva de nuvens para lembrar que estamos vivenciando os efeitos das mudanças climáticas. Então, acho que também é uma mensagem, como que a Fundação se posiciona para atender os novos desafios. Então por que modernizar?

Eu acho que a primeira coisa é ter foco e visibilidade estratégica. Alguns temas demandam atuação específica, que está alijada do dia a dia da gestão. Não no sentido de não ser complementar, mas precisa de pessoas pensando o tempo inteiro em restauração, em refaunação, em ordenamento territorial, em proteção. Não que isso não aconteça na ponta, no dia a dia, mas é importante ter pessoas que pensem isso 100% do seu tempo. A outra perspectiva é qualificar a decisão. A gente tem que subsidiar os gestores com a melhor decisão possível, de acordo com a melhor orientação técnica possível. Fortalecer as UCs, porque no final, é isso que a gente precisa fazer. Posicionar a Fundação Florestal para os novos desafios, e aí a gente está falando dos dois marcos: mudanças climáticas, biodiversidade e tudo o que a gente está discutindo aqui. Dar escala e coerência nas políticas públicas. Às vezes a gente notou que a setorização em diretorias territoriais eventualmente estavam trazendo formas diferentes de atuar dentro de um mesmo contexto. Então, com orientações únicas, a gente tem uma Fundação mais institucional, mais abrangente. E um ponto, que é institucionalizar o conhecimento. E é óbvio que conhecimento parte de pessoas, mas é ruim para uma instituição que você tenha que buscar uma pessoa para tratar um tema específico. Você tem que buscar um setor, você tem que buscar um núcleo e aí o conhecimento é repassado e institucionalizado. Então, essas foram as premissas do nosso trabalho. Um trabalho que não é de uma pessoa nem da Fundação, ele abrange muito mais gente. Então foram realizadas reuniões com todos os conselhos das Unidades de Conservação, com a apresentação dos temas, coleta de contribuições. Foram realizadas várias reuniões setoriais com os funcionários da Fundação. Fizemos encontros técnicos, no mínimo três encontros técnicos: um de florestas, um de oceanos e um de planejamento estratégico. Um processo colaborativo de mais de três anos e estudos de modelos de gestão. E aí os nossos eixos de modernização partiram dessa grande coleta de informação. E aí a gente conseguiu identificar proteção, biodiversidade, bioeconomia, ordenamento territorial, descentralização e governança institucional, parcerias e projetos ESG, um quadro multidisciplinar cada vez mais necessário, inovação tecnológica para agregar e para deixar o nosso time menos na tarefa administrativa, mas olhando uma tarefa mais mezinha, não a gestão administrativa, mas aquelas tarefas chatas, e como que a gente consegue trazer isso para sistemas com uma análise preditiva, com o encaminhamento das informações de forma mais célere. Então a gente começou trabalhando o que a gente chamou de alta administração, que é formada pela presidência, pela diretoria executiva, pela ouvidoria. E aí a gente trouxe três coisas novas que a gente está apostando bastante nisso: um conselho estratégico de integração, que é um conselho formado pelos funcionários da Fundação de todos os níveis. Então, desde as diretorias, as gerências, os gestores e os colaboradores, com representantes eleitos dentro da instituição; uma escola de gestão, isso aqui é um embrião, ainda temos que ir ao MEC e tal, mas está posta, é super importante para qualificar o time; e um centro de mediação, conciliação e diálogo. E a gente tem notado que a via da mediação e do diálogo é extremamente importante quando a gente está trabalhando de interesses ambientais, que são difusos por natureza, que tem várias perspectivas ideológicas. Então, é importante ter um lugar para centrar, para conversar, para atender o método, e para que a gente evite o conflito e consiga cada vez mais fazer decisões consensuais. Uma administração superior formada pelas diretorias, e aí a gente trouxe essas diretorias: biodiversidade, proteção administrativa e financeira, Diretoria de Bioeconomia, Planejamento, Ordenamento Territorial e as Gerências Regionais. Nesse novo formato, o representante institucional da Fundação Florestal no Território é a Gerência Regional,

não é mais o Diretor Territorial, eles não existem mais, a Diretoria Territorial, ela foi substituída por essas figuras de diretorias temáticas. Então as gerências foram alçadas à condição de administração superior. E aí, basicamente, vou trazer aqui, a ideia é só passar o organograma para vocês entenderem um pouco. A gente teve um cuidado com as palavras, porque acho que a gente entende que as palavras são importantes, as palavras têm poder e as palavras direcionam a atuação pública. Então, o núcleo das florestas, e aí com um setor específico, Mata Atlântica, Cerrado e controle de espécies exóticas, para a gente ter foco, para ser cobrado, para saber onde que as pautas são tratadas. O Núcleo de Fauna Silvestre que vai trabalhar a refaunação, o controle de espécies exóticas, a interação humano-fauna e a saúde única. E aqui na Diretoria de Biodiversidade a gente tem a felicidade de ter a Andrea, que é uma funcionária e uma pesquisadora científica que já estava acompanhando essas questões com a gente, mostra integração da Secretaria. Então, a Andrea está aqui, depois eu vou pedir para eles levantarem para vocês conhecê-los. Uma diretoria de bioeconomia que vai trabalhar de forma em núcleos, um núcleo de cadeia produtiva e inovação, que aí trabalha um setor de economia verde, economia azul, e um setor que é tão necessário, que às vezes a gente faz projetos, mas a gente não olha se os projetos são viáveis, então o setor de análise mercadológica, articulação e capacitação. É possível desenvolver essa cadeia? O que precisa ser feito para essa cadeia ser desenvolvida? Acho que são as perguntas estratégicas. E o núcleo de inteligência de mercado, que vai trabalhar a certificação. Aqui, eu acho que é uma interface muito importante com a agricultura, aproveitamento produtivo dos serviços ecossistêmicos. Porque é bom ter uma floresta do lado da sua produção? E aqui até um adendo, o Manara estava fazendo uma provocação de a gente cruzar Unidades de Conservação e abastecimento público. Sabe o outro lado que a gente descobriu, Manara, que às vezes passa despercebido? Unidades de Conservação e geração de energia por meio das hidrelétricas, como a nossa economia descarbonizada, porque existe Unidade de Conservação, e isso provêem um serviço hídrico que alimenta a rede elétrica. Então, assim, e outros benefícios. E o setor de mecanismos financeiros, a gente bota carbono, PSA, então, lócus de discussão. Acho que esses setores eles se propõem a ser núcleos cerebrais e desenvolvimento de apoio técnico, e serem locais cerebrais para o avanço de temas. Não que isso seja descasado com a gestão e com o território, aí a gente vai ter um esforço de gestão para fazer as coisas funcionarem de forma complementar, mas acho que esse é o nosso papel, fazer a gestão. O Núcleo de Proteção, e aqui, desculpa, a nossa Diretora de Bioeconomia, Victória, conselheira aqui, também, depois a gente apresenta. A Diretoria de Proteção, Adriano, a frente da equipe, mas como tudo na Fundação, muita gente fazendo um monte de coisa, e aqui tem uma equipe super dedicada também. E aí, um núcleo específico de prevenção e combate a incêndios florestais, que é um grande desafio para a biodiversidade. Então a gente está falando de prevenção e manejo de fogo, coordenação e resposta tática, capacitação e treinamento, e um Núcleo de Proteção Ambiental Integrada. A gente está falando de fiscalização e controle ambiental, gestão operacional e conformidade técnica, inteligência e tecnologia operacional. Cada setor desse, prevenção, fiscalização, vai ter uma atividade específica, mas eu posso dar exemplos: Quando a gente vai fazer uma mega operação, precisa ter alguém pensando. Quando a gente vai fazer uma ação de demolição, precisa ter alguém pensando, sabendo quem são as pessoas que podem participar, qual a estratégia, qual que são os acessos que vão ser fechados, atuando lado a lado com a Polícia Militar Ambiental, para a gente ter a melhor eficácia possível, mas isso demanda tempo,

demanda esforço e demanda uma atividade cerebral bem intensa, que se você está no dia a dia, você não consegue fazer do jeito que tem que ser feito. E uma diretoria de Planejamento, Ordenamento Territorial, a frente a Tatiana, e que a gente se dispõe a avançar em pontos importantes, e que acho que a gente precisa melhorar. Plano de Manejo, a Fernanda estava conduzindo, agora está como coordenadora desse núcleo. Então, o Plano de Manejo a gente já está avançando, mas, por exemplo, o uso e ocupação tradicional, algo hiper importante para a gente auxilia as comunidades tradicionais a pensarem melhor o seu território para a gente conseguir fazer o que a gente estava falando das discussões que a gente está tendo no Itacuruçá Pereirinha, no Quilombo da Fazenda, onde que vão ser as áreas residenciais, como são os lotes? Os lotes são divididos por família, onde que vai ter a questão de resíduos sólidos? Onde vão ter as ETEs, eventualmente, que vão ser necessárias? Onde vai ter o turismo de base comunitária? Onde são as vias de acesso? Isso é super importante. E é só mais uma coisa: a Fundação não está se arvorando nesses temas, esses temas estão intimamente ligados à gestão das Unidades de Conservação e tem uma grande correspondência com a própria estrutura da Secretária. Então, é uma atividade complementar, focalizando a nossa atuação dentro do território que a gente tem que fazer a gestão. Gestão fundiária, regularização fundiária é menor do que a gestão fundiária, então isso é bastante importante. E o núcleo de uso público, e aí a gente está falando de eventos, imagens e antenas, turismo de natureza e de base comunitária e governança das parcerias para o turismo. Aqui, por último, não menos importante, a nossa querida Diretoria Administrativa Financeira, hoje capitaneada pelo Isaías. É tanta demanda, mas basicamente uma gerência administrativa que cuida de transportes, materiais, infraestrutura, uma gerência de pessoas, administração de pessoal, gestão de empregos e carreiras, saúde, benefícios, segurança do trabalhador, uma gerência orçamentária e financeira. Como é importante ter um setor orçamentário forte, e aqui o Isaías veio dessa gerência e agora temos a felicidade de ter a Fernanda. Receita, despesa e orçamento. Uma inovação aqui, um núcleo de contratações públicas. Então a gente está unificando licitação, contratos e sanções. E o Núcleo de Engenharia, que vai trabalhar projetos, obras e manutenção predial. Temos assessorias temáticas com uma função transversal e as principais demandas: análise econômica, comunicação estratégica, educação ambiental, relações internacionais, captação de recursos e parcerias, e povos originários e comunidades tradicionais. A gente ficou muito na dúvida se fazia uma diretoria, se fazia um núcleo, mas a gente entendeu que, como é uma área muito transversal, a gente precisaria ter uma assessoria que fosse em cada diretoria e pudesse beber da fonte para que a gente pudesse trazer o melhor do que a gente pudesse oferecer de técnica para auxiliar povos e comunidades tradicionais, assim como todos os outros casos. A gente criou núcleos de apoio estratégicos, então acho que uma inovação aqui, um núcleo de tecnologia, inovação e inteligência artificial, pensando exatamente nessa virada tecnológica que a gente está vivendo. Então, gestão de sistema e automação de processos, sensoriamento remoto, monitoramento tecnológico, segurança da informação e governança de dados. Um núcleo de licenciamento que vem fortalecido agora, a gente tinha duas pessoas alocadas nisso, agora a gente já tem mais cinco pessoas, o Diego está a frente desse núcleo. E aí, setores específicos, análise de empreendimentos continentais, análise de empreendimentos marinhos, cada vez mais frequentes. E aí um setor específico para a gente monitorar as medidas condicionantes, mitigadoras e compensatórias, obviamente sempre atuando do lado da CETESB, dos municípios e do Ibama. Então, assim, a gente está estruturando para melhor acompanhar. O núcleo jurídico

já existia, a área de consultoria e a área de contencioso. E aqui dois núcleos, um principalmente chave, um núcleo de governança institucional que vai ajudar a fazer essa interlocução de planejamento, monitoramento, padronização, priorização de demandas, conformidade e controle institucional, e padronização de instrumentos administrativos. E o nosso Núcleo de Produção Florestal, a Fundação é dependente da exploração de madeira e resina, e isso já existia, mas agora ele está um pouco mais estruturado. A gente também teve um trabalho junto com as gerências regionais, de definir o que faz um gerente regional. A gente sentiu, ao longo desse tempo, que cada um tinha uma percepção. A gente conseguiu fechar os modelos de atuação das gerências regionais. Então a gestão administrativa, gestão de pessoas, representação institucional no território, interlocução técnica, planejamento e monitoramento, e é a mesma coisa para as Unidades de Conservação. Quais são os eixos de atuação das Unidades de Conservação? Proteção, biodiversidade, bioeconomia, socioambiental. Quando a gente tem exploração de madeira, resina, produção florestal, turismo e a parte administrativa. Para tudo isso dar certo, para não virar uma loucura de cada coisa estar num lugar e não ter organização, aí tem uma tarefa grande de gestão e que a gente já está trazendo de duas maneiras: a primeira coisa é que todos executam um planejamento estratégico institucional. Não é a vontade de um ou de outro. A gente se reúne todo ano e já tem uma cultura de três anos que a gente se reúne e faz um planejamento estratégico. A partir desse planejamento estratégico, toda a estrutura da Fundação se direciona dentro de um cronograma institucional para cumprir aquilo. E é outro ponto que a gente está iniciando agora, a gente desenvolveu uma classificação de tipologias, de demandas administrativas, e cada demanda tem um fluxo, então precisa de um apoio de uma área tal, classifica essa demanda como um X. Eu preciso de uma coisa dentro de uma cota administrativa de combustível, classifico essa demanda como Y. A gente vai começar o teste em janeiro, vamos ficar três meses testando a tipologia que a gente desenvolveu para, em seis meses, ela estar implementada. Então, os papéis básicos estão definidos nos seguintes termos: a auto administração direciona a composição do planejamento, monitora e viabiliza a sua execução. As assessorias temáticas atuam de forma transversal perante diversos núcleos e setores especializados. As diretorias técnicas e órgãos de apoio estratégico atuam com núcleos de inteligência, desenvolvimento e apoio técnico especializado. As gerências regionais garantem a execução e padronização das políticas públicas de forma institucional e as Unidades de Conservação executam as políticas públicas institucionais. A gente sabe do desafio, mas eu sou suspeito para falar, não tem equipe melhor que a que está aqui para fazer as coisas acontecerem. E a gente agradece muito, viu, Natália, o apoio que você tem dado para a Fundação, o Jônatas, o Anderson, e a gente fica muito feliz de ter espaço para trabalhar e apoio para executar, e essa equipe merece. Então, uma salva de palmas para vocês. Obrigado.

01:51:25 Naiana Lanza: Bom, então passamos agora aos comentários dos conselheiros. Alguém gostaria de comentar? Vamos lá. Victorino, Manara, Rosário, Henrique, Luís Fernando, do MP. Mais alguém aqui no plenário? Então, repetindo Victorino, Manara, Henrique, Luís Fernando e Ricardo Rosário. Online aqui temos a Cris Murgel e a Fernanda Brando. Então, por favor, Victorino, começando.

01:52:18 Eduardo Victorino: Rodrigo, parabéns pela apresentação. Estrutura bastante interessante. Eu acho que a gente agora vai fazer um trabalho melhor ainda do que eu já fazia,

mas eu queria, novamente, já falei algumas vezes aqui no conselho, que nós temos um gargalo chamado Parque Estadual Itapetinga e Parque Estadual Itaberaba. Precisamos resolver essa situação. Hoje nós temos esses dois parques de Unidade de Conservação Integral, que foram instituídos em 2010 com o Plano de Manejo em 2019-2020, e nós temos ainda problemas de invasões, problemas de demolições. Nós temos até hoje o gravame da matrícula de criar o parque, até hoje, e nós já cobramos aqui, cobre com a PGE, se não me falhe a memória, tivemos um caso essa semana de uma pessoa que comprou um sítio dentro do parque, no meio do parque, e começou a construir, e aí, por imagens de satélite foi pego. Fizemos a diligência local e uma pessoa simples investiu e não sabe que é parque. A primeira pergunta que ele fez para mim foi assim: Senhor Victorino, como é que eu sei que é parque? Não está no gravame da matrícula, porque as pessoas podem vender, porque não foi feita a desapropriação dos dois parques. Então, Rodrigo, eu sei que é um desafio grande, vocês trabalham muito em cima disso. O que o GFI faz hoje é um trabalho árduo, e que demore, a gente fiscaliza, a gente tem uma estrutura via drone. O pessoal aqui da Polícia Ambiental, através da delegada, que nós temos lá um convênio com a delegada, mas precisamos de um norte para isso. As pessoas precisam saber o que elas tem que fazer. Nós fizemos algumas colocações aqui, já encaminhei para vocês algumas possibilidades de retirar parte de alguns loteamentos irregulares que estão dentro do parque, então precisamos acelerar isso, vamos conversar isso. E um caminho crítico hoje é a gente tentar. Já falamos com o MP do Estado de São Paulo, já falamos com o MP nosso de Mairiporã, os parques não ficam só em Mairiporã, eles pegam outros municípios. Precisamos ter o gravame na matrícula, gente, isso é básico. Se é parque, como é que a pessoa vai comprar, olha, isso aí é parque. Se não comprou, o problema é dela. Então hoje nós temos um problema sério, e esse caso aconteceu essa semana. Esta família, que é um casal de japoneses, inclusive, está indo lá com atendimento ambiental na Casa Verde para saber o que eu já falei para eles, que estão dentro do parque, no meio do parque, não tem nem como tirar do parque. Aqueles 5% que nós falamos, não tem como fazer, está no meio do parque. Então, Rodrigo, assim, precisamos trabalhar com isso. A gente está à disposição para fazer um trabalho em conjunto com vocês e todos os municípios. E mais uma vez, parabenizar pela apresentação, muito criativa com as nuvens, legal, bacana, parabéns, e que você tenha muito sucesso com essa equipe brilhante que você tem, e que a gente consiga vencer esse desafio que são os parques Estaduais Itapetinga e Itaberaba. Obrigado.

01:55:32 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Manara, representando a ANAMMA.

01:55:39 Marcelo Manara: Parabéns Rodrigo, parabéns a toda a Fundação Florestal, a equipe. E olhando aqui o mapa, até a gente se assusta. O oeste do Estado não tem nem uma coisinha aqui. Bom, quanto à apresentação, eu tenho conversado com o Rodrigo, com o Mário Mantovani, sobre uma questão que é muito importante para enaltecer as funções das Unidades de Conservação, que é a produção hídrica. E isso no slide, por exemplo, falou da biodiversidade, falou de serviços. Tem que ter produção hídrica, principalmente. Nós estamos nesse cenário de crise climática, esse cenário de estresse hídrico que se agrava, a cada cinco anos temos novos ciclos, e a função, o comportamento das Unidades de Conservação, a bem da segurança hídrica, é um ativo extremamente importante para que nós tenhamos cada vez mais a própria sociedade

reconhecendo a importância das Unidades de Conservação. E dizendo isso, eu quero agradecer muito ao Rodrigo pelo acolhimento de um pedido da ANAMMA, que a gente possa reconhecer especificamente no recorte, secretária Natália, as APRMs nesse contexto. Quais são as Unidades de Conservação dentro das APRMs, porque hoje nós compomos 38 municípios sobre regras especiais, por abastecer, por contribuir no abastecimento da região metropolitana de São Paulo. Então, a ANAMMA quer discutir, e isso, secretária, eu acho que já está no momento, pelo acervo de informações que a equipe do Rodrigo já produziu para que a gente possa ler em conjunto, solicitar uma agenda contigo para que a gente possa detalhar qual que é a nossa visão disso. O Mário já está acompanhando isso também, nesse esforço, em entender no território dos 38 municípios APRM, quais são as Unidades de Conservação. Aí, Victorino, lá na linha do que você falou, quais dessas Unidades de Conservação que nós podemos canalizar esforços para pacificar a situação dominial, dando a plenitude da situação e controle territorial, Plano de Manejo, porque esses esforços de plenitude de Unidade de Conservação vão efetivamente contribuir. É uma resposta e uma atenção do Estado, informando que nós estamos fazendo a tarefa de casa a bem da produção e conservação hídrica, porque anunciamos de todas as formas a sociedade, vamos proteger a água que está acabando, e nós temos as fábricas de água em territórios e que a gente não tem nenhum esforço concentrado para que isso se resolva territorialmente. E o Plano de Manejo é a estratégia efetiva que a sociedade participa e aprova conjuntamente do caminhar dos esforços da preservação dos recursos hídricos. Salvo engano, 70% da produção hídrica passa por Unidades de Conservação e abastece a Região Metropolitana de São Paulo. Então, está na hora da gente sentar e colocar isso num projeto muito bem concebido e que atende também a essa ansiedade que o Victorino bem colocou aqui. Obrigado.

01:59:09 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Henrique, representando as entidades ambientalistas. Por favor.

01:59:16 Henrique Kefalás (Instituto Linha d'Água): Olá, bom dia a todos e todas. A gente faz a apresentação para te ajudar. Eu sou o Henrique, então, do Instituto Linha d'Água, a organização no qual eu estou representando. Agradecer o Rodrigo pela apresentação. Esse é um tema que a gente está bastante ansioso para poder conversar aqui no CONSEMA, porque, como o conselheiro Rodrigo lembrou, essa discussão sobre a reestruturação da Fundação já tem três anos. Quando a gente começou aqui, acho que uma das primeiras vezes que a gente teve contato com esse tema foi a apresentação do pessoal da FIA, da Fundação Instituto de Administração da USP, que estavam iniciando essas oficinas setorializadas, etc. E uma das sugestões que surgiram aqui à época, acho que foi até da ex-conselheira Gilda, lá de Ilhabela, era até a consulta às Unidades de Conservação, para que esse processo de reestruturação escutasse o que os Conselhos Gestores das Unidades tinham a contribuir. Então, assim, eu queria dividir aqui um pouco meus pontos de fala, primeiro, lembrando um pouco essa questão do processo de construção dessa reestruturação e talvez aqui solicitar que a gente pudesse ter acesso a como foi essas etapas. Então, por exemplo, todo esse processo de escuta, as Unidades de Conservação, qual foi o produto disso? Qual foi a correspondência do que veio da demanda dos Conselhos Gestores, das Unidades, com o que está apresentado agora nesse processo de reestruturação. No processo de consulta pública, também a que foi submetido, então isso passou

por uma correspondência, uma verificação daquilo que foi possível atender ou não, das expectativas, porque eu acho que muito do que se espera do aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação vem justamente desse processo de participação social consolidado por meio dos seus conselhos gestores. Então, acho que esse aspecto sobre o processo de construção da reestruturação é importante que a gente tenha mais conhecimento sobre como isso se deu para que a gente consiga entender como que essas decisões agora foram tomadas, com base em quais subsídios e como isso incorporou ou não as sugestões da sociedade como um todo. E aí, com relação ao conteúdo da reestruturação, eu tenho alguns pontos de preocupação, gostaria de compartilhar com todos e todas aqui para a gente avaliar o que a gente pode sugerir ainda, entendendo que esse processo de reestruturação ele, para ser concluído, precisa ainda ser submetido para a Assembleia por lei, isso precisa, salvo engano ou não, isso se dá direto aqui pelo Executivo. Então, para a gente poder entender como ainda aprimorar esse processo, caso a gente tenha oportunidade. Do ponto de vista geral, me parece que tem um grande esforço em investimento de trabalho em tentar estruturar esses aspectos mais administrativos. Ou seja, tem muita coisa que me parece muito focado na sede aqui, vamos dizer assim, está muito pensado em como essa estrutura administrativa da Fundação pode ser fortalecida. E ainda acho também que existem muitas sobreposições. Como o Rodrigo falou, tem as assessorias especiais que vão buscar a transversalização de alguns temas, mas ainda assim, nas várias gerências e núcleos, a gente consegue perceber que existem ainda muitas sobreposições. E aí fica a dúvida do como se dá essa ocupação desses cargos dentro de gerências e núcleos, entendendo a correlação que existe entre quem são efetivamente aqueles servidores da Fundação Florestal e aqueles casos que vão estar sujeitos a uma perspectiva mais dos cargos comissionados e que aí, portanto, essa perspectiva de manutenção de uma linha de atuação, a gente sabe que sempre fica muito mais sujeito à diretoria de plantão, então essa é outra preocupação também sobre a centralização ainda, ou a grande responsabilidade pela tomada de decisão final na direção, na alta gestão que foi colocado ali. Então, parece que a gente ainda não conseguiu superar um pouco essa possibilidade de mais autonomia, por exemplo, nas gerências regionais ou de tomada de decisões mais rápido, em que tenho que subir todo esse acúmulo de assuntos, acho que isso é uma coisa que a gente vem sempre ouvindo do conselheiro Rodrigo, é isso, muita coisa. Então, como que um processo de reestruturação ajuda a compartilhar responsabilidades também para que as coisas também sejam mais céleres, mais rápidas? E aí, descendo um pouco para o território, a preocupação que me surgiu vendo aqui a apresentação é um grande esforço na parte administrativa, mas e na parte finalística da Fundação Florestal, a atuação nas Unidades de Conservação. Então, quanto essa reestruturação está contribuindo para o fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação? Me parece que as gestões das Unidades ainda continuam com aquela lógica de poucos analistas, poucos gestores, monitores ambientais precarizados que não têm uma taxa de continuidade, o trabalho, o monitor passa pela Unidade, fica ali dois anos e logo saí daquela Unidade. Então assim, a gente tem uma dificuldade muito grande ainda para as atividades finalísticas. Então, por exemplo, a gente tem muitos Planos de Manejo aprovados, mas e implementados? Qual o grau de implementação desses Planos e como essa reestruturação agora vai apoiar a implementação desses instrumentos de gestão dessas Unidades? Então ainda vejo bastante gargalos para atendimento da função finalística da Fundação Florestal dentro dessa previsão de reestruturação. Então, esses são alguns pontos que eu queria deixar aqui

para reflexão, para a gente entender como aprimorar. Eu entendo ainda que a gente precisa olhar isso com mais atenção mesmo, que preocupa muito como as unidades vão de fato conseguir se estruturar a partir disso e atender toda essa demanda que pulsa dentro dos territórios. Obrigado.

02:05:17 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Antes de passar a palavra para o próximo conselheiro, eu gostaria só de pedir a gentileza da gente ser objetivo nas falas, porque a gente ainda tem mais pauta, para a gente conseguir avançar. Então eu chamo o conselheiro Luís Fernando Rocha, representando o Ministério Público de São Paulo. Por favor, conselheiro.

02:05:36 Luís Fernando Rocha (MPSP): Bom dia, secretária, bom dia a todas, bom dia a todos. Em primeiro lugar, um feliz e abençoado 2026 para todos, com muitas batalhas e mais vitórias. Eu queria, em primeiro lugar, destacar aqui e parabenizar o Rodrigo, primeiro pela ousadia e pela coragem. E não podia deixar também de parabenizar a todos os abnegados e dedicados funcionários da Fundação Florestal. Nós sabemos a dificuldade de todos, a dificuldade de gerir e administrar a Fundação Florestal. Eu já estive lá também e sei de todas as dificuldades, Rodrigo, parabéns. Você se preocupou muito com a questão das palavras, como você mesmo disse, e você usou a modernização, né? Uma grande preocupação minha, Rodrigo, em relação a isso, nessa modernização, é como modernizar sem burocratizar e sem tornar isso muito pesado. Então nós precisamos e estamos à disposição também para discutir isso, como o nosso conselheiro anterior ali falou, e a segunda preocupação minha, e até agora há pouco recebi uma mensagem aqui de um colega do GAEMA que estão assistindo ali virtualmente, é aonde que nós vamos arrumar gente para tudo isso. Como você mesmo falou ali, tem várias comissões, tem várias diretorias. Eu não sei se tem algum concurso que foi aberto ou se vai abrir, mas isso é muito importante, viu, Natália? E eu rogo aqui para você que dê todo apoio, porque eu acho que é muito importante isso. E lá na atividade fim, lá na ponta, lá no Morro do Diabo, por exemplo, como nós vamos dar execução a isso? É uma das grandes preocupações nossas, voltando aqui agora à fala do Victorino, que é a regularização fundiária, e é um grande desafio na Fundação Florestal, de todas as Unidades de Conservação do Estado. E hoje nós temos aqui 155 Unidades, entre Unidades de Produção e Unidades de Conservação. E eu acho que é muito importante, e a regularização é essencial nesse momento. Inclusive, Victorino, aqui no núcleo Cabeceiras, com a doutora Joana, nós temos várias ações e várias atividades voltadas para Itapetinga e o Itaberá, inclusive a doutora Amanda está ali virtualmente, que eu vi, acho que está ainda, foi proposta uma ação pela Procuradoria Geral do Estado e nós tínhamos aí já toda a sistemática das demolições lá no Itaberá e estávamos aguardando uma das últimas atividades da prefeitura, que eu participei pessoalmente das reuniões, e agora o Supremo Tribunal Federal suspendeu a nossa ação aqui. Mas nós já estamos também, Natália, nos estruturando junto com a PGE para irmos lá conversar com o ministro relator em relação a isso. E também, a doutora Joana acabou de me informar que em todas as ações civis públicas estão determinando que seja averbado nas matrículas desses loteamentos, inclusive que você citou, que são posteriores à implementação do parque. Então, todas as medidas estão sendo adotadas, não só pelo Ministério Público, que é muito importante, mas com a integração com as outras instituições, como a PGE, a própria Fundação. Nós temos já várias reuniões também, Rodrigo, em relação a isso, na medida do possível, eu também participo dessas reuniões. Então, só para noticiar que todas as medidas

estão sendo adotadas e muitas vezes essas medidas não tem a velocidade que nós esperamos e que nós queríamos, e da dificuldade, inclusive, não sei se você acompanhou, doutora Joana estava presente lá em várias demolições, que nós tivemos que suspender as demolições em razão do que ocorreu ali, na prática, tudo. Então, todas as medidas estão sendo adotadas. E gostaria, por último, Natália, de noticiar aqui, que já está na imprensa e nós começamos de madrugada, o GAECO, Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado e o GAEMA estão realizando uma operação agora, começou de madrugada, lá em Ferraz de Vasconcelos. Inclusive, o secretário atual do Meio Ambiente foi afastado judicialmente, o secretário anterior. Estamos realizando buscas na prefeitura, no Legislativo, envolvendo TACs ambientais e corrupção em relação a esses TACs lá na prefeitura e no Poder Legislativo. Então, mais de 100 agentes da Polícia Militar, do Gaeco, do GAEMA estão participando dessa operação lá. Muito obrigado Natália. Obrigado a todos.

02:10:29 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Então passamos agora às conselheiras que estão online. Passo então a palavra a conselheira Cris Murgel, da FAESP. Por favor, Cris.

02:10:42 Cristina Murgel (FAESP): Bom dia a todos, bom dia secretária. Feliz ano novo a todos nós. Bom, Rodrigo, primeiramente parabenizar a Fundação. A gente tem acompanhado ao longo dos anos a modernização, que é constante da Fundação. A Fundação já passou por vários aperfeiçoamentos, a gente teve a oportunidade de acompanhar isso de perto. E, da sua apresentação, nós aqui da FAESP recebemos de uma forma muito positiva. Mas gostaria aqui de fazer um pequeno adendo. Eu acho que além da modernização, é preciso que a Fundação trabalhe a integração com as realidades locais. Esse é o caminho para a gente dirimir muito dos conflitos e estabelecer políticas mais integradas. O setor rural, quem a gente representa, ele é sujeito a várias políticas, políticas de produção, políticas de segurança alimentar, políticas de tecnologia, tecnificação e as áreas protegidas precisam estar integradas a essas políticas. Além da proteção, como que a gente trabalha a convivência de todas essas políticas, para que a gente também consiga garantir produção e segurança alimentar nesse estado. Então, eu coloco aqui a FAESP, o sistema Senar, nós já temos, inclusive, uma proposta que veio através de um núcleo de vocês, de parceria com o Sistema Senar, para que a gente trabalhe a disponibilização de cursos, o incremento de prioridades nesses entornos dessas áreas protegidas. Então eu deixo aqui, mais uma vez, à disposição a FAESP, o sistema como um todo, para que a gente tenha essa interlocução. Vi aí na sua estrutura as relações internacionais, mas não vi as relações institucionais locais, e o núcleo dedicado ao ouvir os setores e ouvir para que a gente possa construir de forma mais robusta essas políticas todas. Parabéns a toda a equipe da Fundação.

02:13:28 Naiana Lanza: Obrigada, Cris. Na sequência, Fernanda Brando, da USP. Por favor, conselheira.

02:13:35 Fernanda Brando: Bom dia. Eu gostaria de parabenizar, na pessoa do Rodrigo, toda essa iniciativa de fôlego da equipe da Fundação Florestal, que foi essa apresentação, que não foi feita somente aqui no CONSEMA, mas a gente tem ciência que também foi feita em outros fóruns, que envolve toda essa organização bem representada aí nas nuvens, né? Também gostaria de ressaltar a importância dos temas centrais, a questão da terminologia que foi

abordada, toda essa estrutura, temas urgentes na agenda ambiental global, onde a gente vê a questão das crises da biodiversidade, da crise climática e hídrica, e fazendo um coro, desejo aí todo o sucesso nesta desafiadora implementação, em especial nos territórios do nosso Estado, colocando a Universidade de São Paulo à disposição mediante projetos e programas que já vem sendo implementados, mas também sabendo que a Academia tem bastante fôlego e tem desenvolvido bastante projetos com, inclusive, o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa, a FAPESP, principalmente em temas que envolvem o grande aspecto da Sociobiodiversidade. Então, desejo sucesso e nos colocamos à disposição. Obrigada.

02:15:04 Naiana Lanza: Obrigada, conselheira. Na sequência, Amanda Modotti, representando a PGE. Por favor, doutora Amanda.

02:15:13 Amanda Modotti: Olá, bom dia a todos. Gostaria de, inicialmente, parabenizar a Fundação Florestal na pessoa do Rodrigo. Ele tem exercido mudanças muito relevantes, e como ele falou, modernizações são sempre bem-vindas e necessárias e não significam que o que passou não era efetivo. Enfim, acho que é sempre bom a gente estar se revendo, né? Mas enfim, parabenizar e inclusive o corpo funcional da Fundação Florestal também, que é incrível, muito bem qualificado e que nos ajuda muito. Mas eu pedi a palavra para falar o que o doutor Luís Fernando acabou falando, que a gente já pediu a averbação de uma das ações civis públicas que engloba os dois parques, e temos a lista de matrícula para os cartórios, a gente só está aguardando essa averbação, que eu acho que ainda não foi concluída, pelo que eu consultei aqui. Mas isso já está em um procedimento, a gente já deu start nisso, está só esperando os cartórios cumprirem, e a gente também vem atuando muito em conjunto com o Ministério Público, como o doutor Luís Fernando falou, agradeço muito, aliás, essa parceria, ao doutor Luís Fernando, a doutora Tatiana, a doutora Joana, tem sido essencial para a gente combater a ocupação irregular nesses dois parques. Mas só para falar que essa questão da averbação ela já está em trâmite, a gente já providenciou, já deu entrada nos cartórios. Acho que em breve a gente tem resposta para isso. Muito obrigada.

02:16:55 Naiana Lanza: Obrigada, doutora Amanda. Na sequência, então, Liv, representando a CETESB. Por favor, conselheira.

02:16:56 Liv Nakashima: Obrigada. Queria, bem rapidamente, parabenizar todo time em nome do Rodrigo, e dar um destaque aqui naquilo que afeta a CETESB, e agradecer por terem considerado o núcleo de Licenciamento, que eu acredito que vai fazer bastante diferença. A gente tem conversado sobre tornarmos mais verdinhas e mais azulzinhas, então, isso acho que vai trazer uma estratégia, mais estratégia, mais profissionalismo, e uma forma da Fundação apoiar a gente a tornar o nosso licenciamento mais verdinho e azulzinho, de forma eficiente e fazer contribuições estratégicas no Licenciamento. Isso, acho que é um fortalecimento, dentre as dificuldades que a gente sabe que a Fundação tem, o Licenciamento é um deles, e acho que isso foi bem endereçado, e queria posicionar aquele agradecimento e parabenizar vocês. É isso, obrigada.

02:17:43 Naiana Lanza: Obrigada, Liv. Passo a palavra agora, então, ao conselheiro Rodrigo

para fazer as considerações. Por favor, conselheiro.

02:17:51 Rodrigo Levkovicz: Bom, primeiro agradecer todas as contribuições e as preocupações que foram externadas, super relevantes. Pena que a gente teve a decisão, Victorino, já estava aqui, o Adriano já tinha montado com a equipe, a gente já tinha 40 pessoas postas para fazer a operação e que já me mostrou às vezes o acerto disso. Acho que a gente tem vários modelos de gestão. O que eu queria trazer aqui para reflexão de todos é que as demandas que estão postas lá elas já acontecem. E quando a gente fala de restauração, já acontece. Quando a gente fala de refaunação, talvez ainda não aconteça tanto, mas precisa acontecer. Quando a gente fala de uso de tecnologia, isso precisa avançar. Quando a gente fala de planejamento territorial, já acontece Plano de Manejo, talvez ordenamento das comunidades seja uma nova frente, mas que ela já acontece, as coisas acontecem. Então a nossa ideia é, a gente sempre trouxe a dualidade, dar visibilidade ou fazer uma coisa mais genérica e não dar visibilidade, e eventualmente, dar visibilidade, burocratizar e não dar visibilidade, e que não ser tratado. O que a gente teve, assim, como experiência, e eu trago a minha experiência pessoal, é que a grande aposta nessa nova estrutura é que a gente saia das pessoas para que passe para a instituição. Então, hoje quando a gente falava de restauração na Fundação Florestal, a gente ia lá no Melo, a gente ia no GT-PRA, que era um grupo de gestores que ajudava, a gente ia em pessoas, hoje a gente tem um local formado por pessoas. Então a gente tentou espelhar, e aí as competências não são decisórias das diretorias, são de apoio, são decisórias em termos de metodologia. Como que eu faço o monitoramento da biodiversidade? É a Diretoria de Biodiversidade que vai trazer o protocolo. Quem que vai executar? E a Unidade de Conservação, junto com a gerência, com apoio da diretoria. Traz um esforço de gestão, não tenho dúvidas disso. Mas a aposta é que a gente conseguisse dar visibilidade. Manguezais, os manguezais, já estão aí, a gente já precisa restaurar os manguezais, já precisa olhar a zona costeira. A realidade já está batendo na nossa porta e ela não tinha um endereço institucional para entrar. Então, essa estrutura que está bem, assim, está grande, ela já está sendo formada pelos técnicos e a gente está conseguindo alocar técnicos que vão estar 100% do tempo. E a boa notícia, mais uma vez agradecendo, está tramitando no governo, já no Codec, pedido de autorização de concurso para Fundação Florestal para completar esse quadro funcional que é tão importante, mas eu agradeço, até a equipe me trouxe, a gente recebeu 3.500 contribuições dos conselhos e elas espelham esses temas. Eu acho que é um trabalho muito interessante de fazer. E, de novo, o gestor continua decidindo. Tem horas que ele tem que decidir junto com o gerente, que é importante a decisão tem que estar no território, e as diretorias técnicas vêm agregar conhecimento, porque muitas vezes os gestores se viam numa posição do tipo, foi atropelado aquele animal, qual é o protocolo de resgate? Quem faz esse protocolo? Aonde que está a articulação para levar? Se deixar tudo na conta do gestor, não dá, porque depois está pegando fogo, é o vigilante que não foi, o porteiro que não foi, é o turista que se perdeu. Então a aposta é que a gente tenha um ordenamento, normativo de propriedade, que isso seja apropriado pela gestão, e a Pró Gestão aplica algo institucional, com segurança. É um desafio, a gente precisa de vocês para implementá-lo. Não é algo simples, mas a gente está bastante confiante que o tempo vai trazer as contribuições necessárias e o aprimoramento necessário. E aí só queria apresentar, Adriano, diretor de proteção, a Victoria, nossa diretora de bioeconomia, Andrea, diretora de biodiversidade, a Tati, de Planejamento e Ordenamento Territorial. Isaias vocês já

conhecem, o nosso Daf, já velho de casa, nosso decano. Obrigado, gente.

02:22:35 Natália Resende: Seria só bem rapidamente também parabenizar aqui o Rodrigo e todo o time. Eu acompanhei desde quando a gente chegou, acho que o Rodrigo foi até muito humilde nas palavras, porque vai ser sim um avanço e uma transformação muito grande na Fundação Florestal, não tenho dúvida. Claro, para melhor. A gente sempre procura o melhor e a gente precisa se orgulhar de todo o trabalho que vocês vem fazendo, porque é um trabalho que faz muita diferença, muita diferença no meio ambiente, na vida das pessoas. E a gente precisa reconhecer isso, sabe? É importante porque, é claro, que a gente sempre tem melhoria, sempre tem coisa para aprimorar, mas o trabalho que vocês vêm fazendo é digno da gente falar e falar com orgulho. Então vocês tem que ter orgulho mesmo, orgulho do trabalho que vocês estão fazendo, orgulho disso que vocês apresentaram hoje, porque, de fato, é algo que vai mudar muito o cenário para melhor quando a gente olha em questão de Unidade de Conservação, de referência nesse tema que cada vez mais é premente da gente falar e a gente colocar em voga para discussões. O que precisar de apoio do Estado de São Paulo, da parte aqui da Secretaria, do governo, vai ter, como tem tido. Concurso, é importante a gente falar, porque eu, como servidora pública de carreira, e isso me chamou muito a atenção quando eu cheguei em relação a questão de estruturação das carreiras, principalmente na administração direta aqui do Estado de São Paulo, porque, de fato, tinha um passivo de reajustes, passivo de estruturação muito grande e a gente precisa reconhecer isso também para poder melhorar. Tanto que o governador, no primeiro ano, já deu reajuste nos salários, a gente vem trabalhando em determinadas carreiras, como especialista ambiental, dos pesquisadores, Carreira de Apoio, agora a gente também está trabalhando, da Fundação, da CETESB, para fazer concurso. Fizemos 227, mais 60 agora, Fundação Florestal. A gente precisava fazer essa reestruturação para daí fazer o concurso, porque os salários eram baixos, é importante a gente falar isso, a gente mudou para os salários ficarem maiores, daí tem essa reestruturação, e aí fazer concurso. A mesma coisa dos pesquisadores, a gente nunca vai alcançar 100% nessa discussão de servidor. Digo isso como servidora, nunca, porque são sempre pleitos e a gente tem sempre que compatibilizar com questões, seja fiscais, seja de lógica das carreiras que aqui o Estado de São Paulo estava defasado. Aqui nem se falava em subsídio, que é algo que traz uma estabilidade muito grande. Digo isso porque eu mudei de concurso para ter subsídio. Então, é uma coisa que a gente conversa muito e que precisa, sim, cada vez avançar mais de forma geral. E acho que a gente, olhando para trás, acho que a gente, nas diversas carreiras, a gente conseguiu avançar sim, que é importante a gente falar, e principalmente na área ambiental, principalmente. Eu acho que não teve outra que avançou mais, por causa desse esforço conjunto mesmo que a gente tem aqui. Então queria só pontuar isso, deixar todo o apoio que vocês necessitarem, como a gente sempre tem tentado e com muito diálogo, porque eu acho que esse trabalho que vocês fizeram é um trabalho, a gente tentou oferecer todo o arcabouço e o apoio para vocês decidirem qual é a melhor estrutura de acordo com esse diálogo, Henrique, que você perguntou, que eu vejo isso. Eu não participei tanto, mas eu vejo que o pessoal dialogou pra caramba, conversou, foi, fez reunião e daí o fruto do trabalho é muito melhor. É um resultado de muito debate, que eu acho que faz sentido também ver fazer esses links, e que eu acompanhei bastante, sabe, olhando daqui, então, fico muito feliz, muito mesmo. E queria parabenizar, de coração, a vocês. Eu sempre falo em todas as Unidades que eu vou e quero ainda conhecer todas, se o Rodrigo me

chamar, que eu fico muito orgulhosa com o trabalho de vocês, gente, parabéns, parabéns mesmo. A gente fica muito feliz e queria, de novo, pedir uma salva de palmas para vocês. Vocês merecem.

02:27:02 Naiana Lanza: Pessoal, então agora a gente passaria para a Ordem do dia, que seria a apresentação do Instituto Soul do Plástico, mas a secretária tem um outro compromisso, ela pediu a gentileza de a gente inverter a pauta. Então a gente passaria a moção para agora e depois a gente faria a apresentação do Victorino. Tem algum problema? O plenário vê algum problema em relação a isso? Podemos fazer inversão de pauta? Beleza, então a gente passa, agora, a questão da moção. Não sei se a secretária gostaria de fazer algum comentário ou se a gente já projeta ela diretamente. Você quer fazer algum comentário antes, secretária? As equipes da Subsecretaria de Energia e Mineração estão aí também para se precisar esclarecer algum ponto.

02:27:45 Natália Resende: Eu acho que a gente podia ler. Primeiro, brigada, gente. Enfim, uma questão pessoal que eu tenho que renovar minha carteira de motorista e tenho no Detran. Mas obrigada gente, e como essa moção é bem importante, e aí foi fruto também do que a gente discutiu na reunião passada, a gente achou importante estruturar aqui, fazer alguns considerandos. É simples, mas eu acho que vale a gente ler em conjunto, e eu vou tomar liberdade aqui, vou ler. A Marisa está aqui, nossa subsecretária de Energia. Obrigada, Marisa, pelo apoio. Vamos lá: O Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na Reunião Ordinária nº 453, vem apresentar a presente moção pelas recorrentes falhas da Enel na prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo, especialmente quando resultam em milhões de residências sem eletricidade por longos períodos, prejudicando diretamente as pessoas com impactos socioambientais e sobre a saúde, educação, segurança pública, essenciais para a população. Vamos lá nos consideramos: Considerando que a energia elétrica é um bem essencial e seu fornecimento constitui um serviço indispensável para a garantia da qualidade de vida e do desenvolvimento socioeconômico da população, sendo um direito básico do cidadão e um dever do Estado exercido por meio de suas concessionárias. Considerando as inúmeras e crescentes reclamações de consumidores residenciais, comerciais e industriais da Região Metropolitana de São Paulo, incluindo a capital, a respeito da precariedade dos serviços prestados pela Enel, que se manifestam por meio de interrupções constantes e prolongadas no fornecimento de energia elétrica. Considerando que a qualidade do serviço prestado não condiz com as tarifas pagas pelos consumidores, que arcam com o custo de energia sem receber, em contrapartida, um serviço regular e contínuo. Considerando que uma das consequências mais imediatas das falhas na rede elétrica é a busca por fontes de energia alternativas, notadamente geradores movidos a óleo diesel, combustível fóssil altamente poluente, eficazes para garantir a continuidade de operações, hospitais, comércio, indústrias, todavia, representa uma fonte significativa e pouco controlada de poluição atmosférica, além de contribuir com aumento de emissões de gases de efeito estufa. Considerando que os fatos sofridos pela população paulista têm demonstrado que a Enel não tem prestação de serviços de qualidade, que a recorrência das falhas apontadas indica problemas estruturais na manutenção preventiva, no investimento em renovação de rede, na adequação do contingente de pessoal pela concessionária. E

considerando, por fim, que o Estado de São Paulo tem atuado de forma tempestiva junto ao Ministério de Minas de Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica, responsáveis pelas concessões, distribuição de energia elétrica no Brasil no sentido de requerer a adoção de providências para garantir a prestação adequada do serviço de distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo, a suspensão imediata de qualquer medida tendente à prorrogação da concessão da Enel, a declaração de caducidade da concessão, conforme a constante do processo SEI, o número, a gente colocou aqui também para caso alguém quiser consultar. Diante do exposto, este conselho, por meio de seus membros, move a presente moção para manifestar seu mais veemente protesto contra a má qualidade na prestação de serviço de distribuição de energia pela Enel, que tem causado transtornos e prejuízos incalculáveis à população, e instar a Agência Nacional de Energia Elétrica a intensificar suas ações de fiscalização sobre os serviços prestados pela concessionária Enel, aplicando as sanções cabíveis e garantindo que a empresa cumpra com suas obrigações contratuais e regulatórias, visando a melhoria imediata e sustentada da qualidade do fornecimento de energia em território paulista. Requer-se, após a aprovação dessa moção pelo Plenário, que seja dado o devido encaminhamento aos destinatários mencionados. Acho que a gente conseguiu abranger. Fala, Crepaldi.

02:31:57 Ricardo Crepaldi: No começo eu senti falta, a gente está falando como CONSEMA, como Conselho de Meio Ambiente, a gente está só colocando como socioambiental, mas não precisa descrever os problemas. Ah, uma estação elevatória transborda e vai esgoto na casa de todo mundo. E depois tem problema de poluição, de internações devido a poluição, a falta d'água, que também é um ponto, falta de energia, mas a gente podia trocar só ali, impactos socioambientais por impactos no meio ambiente e socioambientais para a gente, porque é o Conselho de Meio Ambiente. Trocar, colocar só para não ficar uma coisa muito genérica.

02:32:39 Natália Resende: Tá bom. Fala, Manara,

02:32:42 Marcelo Manara: Então, secretária, não sei se cabe, mas assim, eu acho que o CONSEMA também poderia apontar para um certo apoio. Na verdade, um incentivo, que apoie um incentivo a programas de fiação subterrânea. Os municípios estão começando a se organizar para isso, então não sei se cabe diretamente numa moção de repúdio e de protesto, mas o CONSEMA apontando também que apoia a iniciativa para que uma das soluções caminhe para a fiação subterrânea, porque, sem dúvida, é uma estratégia de enfrentamento. A própria Enel anunciou esse investimento, Curitiba está anunciando, São José dos Campos. Enfim, para incentivar isso.

02:33:25 Natália Resende: A gente, desde 2023, até antes dessas ocorrências, a gente tem mandado contribuições para os novos contratos, e uma das coisas que a gente falou, constatar naquele processo que a gente citou lá. Eu não sei se precisa colocar especificamente, porque aqui a gente está sendo muito incisivo para...

02:33:45 ininteligível

02:33:51 Natália Resende: Exato. Às vezes pode confundir. Fala, Luís.

02:33:56 Luís Fernando Rocha: Secretária, rapidamente. Importantíssima moção e muito oportuna. É só para ressaltar que nós temos três ações civis públicas, inclusive da Defensoria Pública, mais duas ou três do Ministério Público, uma agora proposta já no início do recesso, com liminares, e a Enel entrou com um recuo especial, ou um agravo, e subiu para o STJ, e o STJ suspendeu tudo, todas as ações, todas as liminares. Conseguimos uma outra liminar agora, já no recesso, e o STJ suspendeu de novo. Então, é muito importante e oportuno isso. Obrigado.

02:34:33 Natália Resende: Obrigada. Da parte da PGE também, a gente tem várias ações. O problema é que o contrato...

02:34:39 ininteligível

02:34:45 Natália Resende: Exato, é muito ruim. É agora, por isso que a gente colocou a questão da prorrogação. Não dá para prorrogar o contrato desse jeito. Ele nos deixou desguarnecidos e a gente perde na Justiça.

02:35:06 (não se identificou): Bom dia a todos. Ali no primeiro, considerando, é um dever do Estado brasileiro, só para deixar claro, porque a gente usa o Estado com letra maiúscula, significa o Brasil, mas lá embaixo já está dito que Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica são os responsáveis pelas concessões. Só uma sugestão para deixar claro que aquele Estado ali é o Estado brasileiro.

02:35:31 Natália Resende: Tá bom. Aí a gente vai mandar um ofício depois para a Aneel com a cobrança, com a moção.

02:35:42 Naiana Lanza: Bom, aqui temos mais alguma consideração? Aqui no plenário? Online não temos ninguém também para se manifestar. Então, eu sugiro que a gente passe para a aprovação da moção. Tudo bem? Então, primeiramente, aqueles que são contrários à aprovação da moção, por favor, se manifestem. Tem alguém que é contrário aqui no plenário? Online, também não. Alguma abstenção? Também não. Então aqueles a favor da aprovação da moção, por favor, se manifestem. Então, aprovação por unanimidade. Obrigada, pessoal. Então, nós daremos aqui o encaminhamento para encaminhar a moção. Obrigada. Então seguimos para o nosso próximo ponto de pauta. Foi rapidinho, nem atrasou tanto assim, Victorino, que seria a apresentação do Instituto Soul do Plástico, que é um projeto de economia circular em parceria com a Prefeitura de Mairiporã. Então convido o Victorino, seja bem-vindo ao Plenário do CONSEMA.

02:36:46 Eduardo Victorino: Obrigado, pessoal. Na verdade, eu só vou dar um oi. Quem vai apresentar é o Rui, que é o nosso parceiro. Na verdade, como é que isso começou a surgir? Mairiporã, nós temos mais de 130 empresas de plástico em Mairiporã. E nós, quando fazíamos a limpeza, que fazemos até hoje, lá da Represa Paiva Castro, a gente pega muito plástico boiando. Tem uma vantagem que o plástico bóia. E aí nós começamos a fazer o seguinte: o que nós podemos fazer para melhorar essa nossa situação do plástico? Aí tem aqui o Rui, que é o

empresário lá de Mairiporã, que fez o Projeto Sou Plástico, que o Cap Card eu já entreguei para secretária o material que você me passou, e então eu convidei aqui o Rui, para fazer a apresentação. Então, você fica à vontade, tá bom? Obrigado por ter esperado até agora. Não tem como a gente dizer não para a secretária, né? Ela pediu, a gente... Obrigado, secretária. Não esquece de pegar lá o..., tá? Então, obrigado, Rui. E aí, fica à vontade.

02:37:56 Rui Katsuno (Soul do Plástico): Bom dia a todos. Me chamo Rui Katsuno, eu sou empresário do ramo do plástico. Eu tenho uma empresa que fabrica máquinas para termoformagem, e ao longo do curto espaço de tempo agora a gente vê nas mídias sociais falar, demonizar muito material plástico, e eu sempre falei muito de plástico minha vida inteira, há 37 anos eu faço isso, e a gente sempre faz palestra, participa de algumas ações, mas não tínhamos nenhuma ação efetiva. E com a Prefeitura de Mairiporã, com o prefeito Aladim, nós conseguimos juntar o prefeito, a primeira dama, as Secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Educação e Cultura, e fizemos um projeto em escolas municipais do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. Nesse projeto, nós conseguimos uma empresa que vai comprar as garrafas das crianças, então eles levam garrafas já higienizadas para a escola, a empresa compra aquelas garrafas por quilo, 20% do dinheiro é destinado a APM da escola e 80% destinado a criança. A criança tem um painel na escola onde ela tem vários produtos que ela pode comprar: canetinha, cadernos, enfim. E ela tem um cartãozinho que chama CapCard, que o nosso prefeito queria que tivesse a capivara no cartão, e cada criança tem o seu cartão, e nós temos uma revistinha ilustrativa do projeto, que nós vamos entregar um para cada um de vocês. E nós fizemos, no último semestre, segundo semestre do ano passado, na escola Nakamura e deu muito certo. Nós colocamos um dispenser na escola para as crianças levarem as garrafas, as tampas, os rótulos para o apoio à causa animal. Então, a primeira dama toca o projeto da causa animal e esse dinheiro das tampinhas é revertido para a causa animal para comprar ração, pagar o medicamento dos animais que são abandonados. E esses 20% do dinheiro que vai para a APM da escola, eles obrigatoriamente tem que ser destinados à cultura. Então, esse dinheiro vai trazer, às vezes, um artista, ou levá-los a um teatro, levá-los a um cinema. E juntamos também a Associação de Bufês, que eles vão ceder o seu resíduo já limpo para a escola e, obviamente, não vai para a escola, vai para a empresa que vai comprar isso, e o dinheiro vai para a APM da escola para ajudar a converter também em cultura. Esse é um dos projetos. O outro projeto que nós temos, aí ele é patrocinado pela iniciativa privada. Eu queria soltar esse vídeo aqui.

02:41:08 Exibição do vídeo: Mas que mania, hein? Você está acabando com o planeta desse jeito. Como eu queria que tudo o que tivesse plástico desaparecesse. Não, Não, Não, Não.

02:42:15 Rui Katsuno (Soul do Plástico): Então esse vídeo é só para demonstrar que o material plástico está presente nas nossas vidas em tudo. Aqui nessa sala, por exemplo, as cadeiras tem poliuretano, tem PVC, as telas tem ABS, enfim, nós temos material plástico em tudo. E o que nos remeteu a isso é ensinar o nosso jovem a tratar de maneira correta o resíduo plástico. Então, nós fizemos o projeto lá em Mairiporã, que é o projeto que, pela iniciativa privada, nós fabricamos um moinho e uma injetora de cunho educacional, instalamos na ETEC e eles fabricam um suporte de celular com tampinhas plásticas. O quilo da tampinha plástica é vendido

a 2,50 reais, o quilo da tampinha bruta. No projeto transformado, esse quilo vira 300 reais. E com esse dinheiro somado ao longo do ano, eles têm um dinheiro para fazer uma formatura igual a uma escola particular, com o trabalho deles e com a tampinha deles, que eles levam de casa. Então aquele resíduo, que seria jogado fora ou iria para um destino incorreto, ele vai para a escola e vira um produto. Aí nós falamos da reciclagem de plástico. Hoje, o plástico representa 4 bilhões por ano no Brasil, e o potencial é de cerca de 35 bilhões. Nós temos uma frente parlamentar também de economia circular, onde estamos pautando projetos de lei para que a gente consiga segregar melhor o material plástico e ele consiga ser reciclado melhor. Aqui, porque o instituto Soul do Plástico foi fundado. Então, esse aí foi o lançamento do Instituto, a doação que nós fizemos para a Cufa do Amazonas, de um equipamento. Aí é o prefeito Aladim inaugurando lá para a gente na ETEC. Os alunos da ETEC, nós levamos 300 alunos do município para a maior feira do plástico da América Latina. Eles tiveram um estande lá onde eles expuseram o projeto. Foi bastante interessante ver a transformação, a ressignificação do material e a transformação do aluno também, que todos os nossos projetos, eles têm o pilar do ambiental, que é não jogar o lixo fora, só joga no lixo o que é lixo, plástico não é lixo, então ele tem que ser reciclado, então, a gente ensina isso. Aí, ele entra na parte industrial, que é a moagem e a transformação por injeção plástica. Depois ele entra na parte comercial, que ele vai comercializar o produto, que no caso é o suporte celular. Depois ele entra na administração financeira, que eles têm que administrar o dinheirinho deles. A inclusão de todo o grupo, todo mundo participa, porque todo mundo que está no terceiro ano vai se formar. E o aumento de autoestima que isso traz para os jovens, tá? Então nós temos o nosso manifesto, que é do Instituto Soul do Plástico. O Soul é soul de alma, então a gente fala que a alma do plástico é circular. Então queremos capacitar futuras gerações para que sejam protagonistas da economia circular, que a economia circular ela não se dá só com o plástico, ela se dá com todos os materiais e o banimento não é o caminho, e nenhum caminho leva ao banimento, tá? Então, vamos juntos construir essa mudança. Educação ambiental é o primeiro pilar. Então, aqui a gente aprende de um jeito divertido, que cuidar do planeta começa com pequenas atitudes, que o plástico, quando vai para o lugar certo, vira algo novo e incrível, que é o caso da ressignificação, todo o material plástico é passível de reciclagem. Introdução à industrialização, que foi como eu expliquei, da moagem. A introdução no comércio, educação financeira, a inclusão de todos e a premiação, que é a formatura, ou o que eles acordaram no início, formatura ou viagem, que eles acordaram no início do ano. Então, a ideia nossa é que não haja mais material plástico no aterro sanitário. Que nós consigamos tirar isso do aterro sanitário. E tem um volume muito grande que dá para tirar do aterro sanitário, basta as pessoas fazerem da maneira correta a separação do seu resíduo, passar uma aguinha em casa, colocar numa cooperativa ou entregar para o catador, porque nós não temos coleta seletiva em São Paulo, e essas ações elas estão dando muito certo. A gente está trabalhando com o cooperativa, está ensinando como fazer o manuseio na cooperativa. A gente está trabalhando com catadores também. Enfim, nós estamos trabalhando em várias vertentes, com o apoio da iniciativa privada, e em Mariporã, da prefeitura de Mariporã. A apresentação é isso, muito obrigado.

02:47:31 Naiana Lanza: Obrigada, Rui. Vamos abrir aqui a palavra aos conselheiros, caso alguém queira fazer algum comentário, alguma consideração. No plenário, temos o Victorino, Manara, Crepaldi. Mais alguém aqui? Não. E Paulo Nelson online. Então, Victorino, você quer

falar por último? De repente, aí você já faz também outros comentários. Manara, então, por favor.

02:48:11 Marcelo Manara: Parabéns, Victorino, por trazer essa pauta. Ao Rui, pela apresentação. Achei a linguagem muito apropriada, muito direta, objetiva e extremamente importante. Quero parabenizar, porque realmente a gente tem que desconstruir algumas questões que a sociedade vai assumindo como verdadeiras, e não é bem assim, não é bem assim que as coisas vão se resolver. Mas na verdade eu queria também aproveitar para informar um programa que a prefeitura de São José dos Campos começou a implantar agora, também nas escolas, um sistema de Gerenciamento de Resíduos, da Orgânicos das Escolas, através de uma tecnologia israelense. Os 10 primeiros equipamentos foram cedidos e doados pelo consulado de Israel à prefeitura de São José dos Campos. Então, implantamos 10 sistemas Homebiogas que, o resultado da cozinha e dos refeitórios das crianças, as crianças alimentam a máquina diretamente, produz de quatro a cinco horas de gás, que volta para a cozinha, e o fertilizante vai produzindo, cada equipamento, 100 mudas de espécies florestais da Mata Atlântica. Então, é um projeto muito barato, muito legal, porque a criança vê o resíduo, a produção de energia, o adubo e a restauração de nascentes que as crianças e as empresas doadoras escolhem para a implementação. Então é só registrar isso, porque foi um grande golaço. O vídeo que o prefeito Anderson gravou repercutiu, inclusive em Israel, representante da ONU fez considerações muito positivas, e a ANAMMA está negociando com essa tecnologia para implementar um projeto a nível nacional para os municípios acolherem, então é bem legal. Desculpa, eu vou entrar com o outro assunto na abordagem, mas voltando aqui, parabenizar a iniciativa e o projeto de vocês.

02:50:05 Rui Katsuno: Obrigado também. Eu esqueci de falar, nós temos um circuito itinerante das máquinas que as escolas que nos pedem, entram no site e pedem, nós levamos o circuito itinerante e fazemos a apresentação numa feira de ciências ou em algum evento na escola.

02:50:23 Naiana Lanza: Legal, então, na sequência, o conselheiro Crepaldi, da ABES, por favor.

02:50:29 Ricardo Crepaldi: Victorino, Rui, parabéns pela iniciativa. Eu, como químico de formação, a gente está numa época de resiliência e adaptação. Nem tudo, como o Manara falou aqui, está certo, nem tudo é uma verdade absoluta. E o plástico, a gente não vai tirar ele de um dia para a noite da nossa sociedade, isso é impossível. O que a gente tem que fazer é se adaptar. Esse projeto é muito bom e mexe com a educação, isso que é o mais importante. A gente precisa de mais projetos ligados à educação. É só fazendo com que essa juventude, esse pessoal mais novo, comece a se interessar, comece a exigir, que até exija políticas públicas que sejam favoráveis ao bem-estar na nossa sociedade. Então, parabéns, é um trabalho árduo, não é fácil, é um trabalho de formiguinha, mas é um exemplo para o estado. Eu diria isso daí, até falando como o Kenji, a parte de resíduos é um exemplo para o estado. Eu acho que boas práticas a gente tem que gritar aos quatro ventos para que, talvez, algumas pessoas bem intencionadas consigam ali usar aquilo como inspiração e fazer também nosso dever da sociedade. Mas parabéns aos dois, obrigado.

02:51:59 Naiana Lanza: Obrigada. Então, na sequência, eu passo para o conselheiro Paulo Nelson, que está online, e depois, Victorino. Por favor, Paulo Nelson.

02:51:59 Paulo do Nelson: Bom dia a todos. É sempre bom ver iniciativas que levem a fomentar a economia circular. A gente entende que isso é realmente uma iniciativa muito importante. No entanto, eu gostaria de pedir alguns esclarecimentos. A gente teve já, através do Instituto Educa Brasil, um projeto que visava justamente o recolhimento do pet. Como vocês devem saber, o pet representa 20% do volume do aterro sanitário e 1.40 do peso. Quando a gente foi tentar negociar com as coletoras de lixo, a gente viu uma grande dificuldade em abraçarem o projeto por questões não tão republicanas, vamos assim dizer. O que me traz uma dúvida, e eu gostaria de ter um esclarecimento, é assim, para você picar o plástico, você misturar, a importância que você tem de separar os tipos de plástico, porque quando você mistura todos os tipos de plástico, o valor da reciclagem é muito menor, você acaba não agregando o valor que você pode agregar na reciclagem do plástico. Então, eu sei que é uma dificuldade você poder fazer a seleção, a separação, mas quando você mistura vários tipos de plásticos, você perde valor agregado desse material. Então, eu queria saber como é que vocês enxergam isso? Se tem algum plano de ação que vise justamente essa preocupação, para que você traga para as cooperativas, eu acho que é muito válido, eu acho que quem tem que receber esse material reciclado tem que passar pela sociedade, a questão social é fundamental de estar inserida, mas trazer isso com a possibilidade de realmente criar isso uma relação de efetividade. E outra coisa que acho que é bem importante, é a política reversa. Na realidade, a gente vê que muitos dos índices de reciclagem, principalmente das empresas de bebidas, entram nesse índice de reciclagem o refugo da própria produção. E isso vem como uma economia circular, que muitas vezes é inadequada. Então, nós tivemos lá atrás, inclusive, buscando com outros parceiros, a ideia de criar, inclusive, uma bolsa de pet, no sentido de que você leve a para os recicladores, os recicladores possam de alguma forma certificar isso, para que as empresas possam ter uma efetividade naquilo que é efetivamente reciclado. Então, são algumas ideias, a gente se coloca à disposição, se quiserem conversar, nós estamos aqui sempre para agregar e enaltecer o projeto que está colocado. Obrigado.

02:55:18 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Rui, você quer comentar agora? Depois tem mais duas pessoas inscritas.

02:55:24 Rui Katsuno: Obrigado, senhor Paulo, pela pergunta. Referente à segregação do material para dar valor, o pet, nós temos dois Projetos de Lei que estão tramitando na Assembleia Legislativa de São Paulo, que um coloca pigmentação em materiais translúcidos, ou seja, o pet representa hoje 95% das embalagens, os outros 5% estão divididos entre o PVC, o BOPS, que é o PS cristal, e agora com a entrada do PLA. Esses materiais, o PVC e o pet, quando misturados, têm a mesma densidade e eles só são segregados em equipamentos muito caros. São milhões de euros um equipamento para fazer segregação. Então, nós estamos com projeto para colocar cor, mesmo que translúcida, nesses materiais que têm baixo percentual, para que consiga ser segregado na esteira de seleção, e aí a gente consegue tirar esse material, não deixar ele ir para o aterro sanitário. Outro Projeto de Lei é o projeto da etiqueta. Quando a embalagem vai, por exemplo, para a padaria do seu José, ele tem lá a embalagem linda, cristal, e cola uma etiqueta

em cima, que ela põe valor nutricional, valor da do produto, enfim, as informações necessárias. Passou no caixa, ela cumpriu a função dela. Só que aquela etiqueta não sai mais e inviabiliza a reciclagem, porque depende de quatro lavagens a quente, inviabiliza o valor da reciclagem. Então, nós pautamos um Projeto de Lei para que a etiqueta saia na primeira batida de água ou que ela não exista, tá? Então, aí fica optativo para o usuário. A parte dos materiais misturados que o senhor fala, esses materiais misturados, hoje existem aditivos no mercado, um, por exemplo, é o Terpol, que a gente aditiva o Terpol e tira plástico do outro lado. Por exemplo, vai fazer uma imitação, eles chamam de madeira plástica, mas não é madeira, uma ripa de plástico. Nós pegamos quatro, cinco tipos de material, aditamos com Terpol e tiramos essa ripa. Então, dá para fazer pergolado, dá para fazer banco, cadeira, enfim, dá para fazer bastante coisa. Na prefeitura de Mairiporã já tem, que eu já fiz, já tem ali na Cooperativa Viva Bem. Então, nós estamos trabalhando bastante com o Projeto de Lei que favorece a economia circular. E aí, todas as associações ligadas ao plástico estão dentro dessa frente parlamentar junto conosco, chamei também cooperativas e catadores.

02:58:00 Naiana Lanza: Obrigada, Rui. Temos aqui mais pessoas inscritas. Chamo, então, o Felipe, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Felipe, por favor.

02:58:11 Felipe [sobrenome] (Secretaria de Desenvolvimento Econômico): Bom dia. Queria cumprimentar o Rui, agradecer pela apresentação. Cumprimentar o Victorino por ter trazido essa pauta muito importante para o CONSEMA. Queria aproveitar para falar do programa da nossa Secretaria, que a prefeitura de Mairiporã participou com essa temática da SG do plástico, o programa SP Produz. É um programa de fomento a cadeias produtivas locais. No ano de 2024, nós tivemos o nosso primeiro edital com 95 cadeias produtivas locais reconhecidas no Estado de São Paulo. E aí, em 24, nós disponibilizamos 30 milhões de reais em fomento. Então, primeiro um edital de reconhecimento, depois de fomento, Mairiporã participou. No ano de 2025, foram 194 cadeias produtivas reconhecidas no estado de São Paulo, com 35 milhões de reais em fomento. Iniciativas de economia circular são super bem-vindas. Um dos eixos dos projetos que podem ser apresentados é o eixo de sustentabilidade, então fica aqui o convite para qualquer atividade econômica pode participar do nosso edital. Precisa de uma entidade gestora com governança, então a prefeitura de Mairiporã é a entidade gestora dessa temática do SG do Plástico, mas qualquer associação, sindicato, enfim, representante da sociedade civil sem fins lucrativos também pode ser entidade gestora, e qualquer atividade econômica é bem-vinda, mas a gente estimula que projetos de sustentabilidade sejam apresentados. E aí, tem toda uma comissão avaliadora, com Sebrae, Ciesp, inclusive Secretarias de Estado, como a SEMIL, sempre manda avaliadores para nos apoiar na avaliação desses projetos. E em breve, provavelmente agora, no primeiro semestre, a gente vai lançar o edital de 2026. Salvo engano, Mairiporã participou de 2024. É um ciclo de dois anos esse reconhecimento, então, precisará submeter novamente agora em 26, fica a lembrança, o convite para, por favor, vocês voltarem porque o projeto realmente é muito bom. Parabéns. A iniciativa é muito boa. Esperamos que nesse ano vocês consigam alcançar o fomento, fazemos votos. Então fica aqui o convite a todos, quando publicarmos o edital, eu volto aqui e comunico para convidar também.

03:00:34 Naiana Lanza: Legal, Felipe, obrigada. Por fim, então, o conselheiro Victorino, do

CREA.

03:00:40 Eduardo Victorino: Então, pessoal, primeiro agradecer a todos, agradecer a SEMIL pela oportunidade, é muito importante. Agradecer ao Rui, viu, Rui? Você é um cara fantástico, parceiro. Como é bom a gente lidar com as crianças, com as escolas. Eu sou um cara que fico muito, assim, feliz quando eu estou nas escolas participando, é muito importante para nós. Agradecer os conselheiros pelas colocações. Não vamos citar nome de nenhum deles, mas importante a gente saber que vocês estão conosco e dizer que a gente tem agora uma semente que eu acho que a gente plantou aqui no CONSEMA. E se outros municípios, com projetos também bons, que poderiam trazer para o nosso plenário, entende? Eu vejo que a gente poderia, municípios que têm projetos hoje que possam, por exemplo, Mairiporã está com o projeto agora de compostagem. Olha que legal. Fizemos lá, colhemos todo o material orgânico dos restaurantes em volta da nossa casa de agricultura, usamos o lixo verde e fizemos compostagem, e o pessoal está super animado. Essa compostagem, o adubo é utilizado nos nossos canteiros da prefeitura, faremos uma horta comunitária agora junto com as crianças, junto com esse produto todo. Então, eu fico muito feliz da gente poder trazer um tema para cá e, de repente, ter plantado uma semente, da gente poder, através de ouvir, Manara, você que é da ANAMMA, a gente poder trazer municípios com exemplos como este, e trazer para cá, porque a visibilidade que esse Conselho tem é muito importante para a nós, sabe? A gente sai daqui agora feliz, viu, Rui? Você vê o resultado do que você fez aqui hoje. A gente sabe que isso fomenta, as pessoas vão entender do projeto, que ele é importante, que ele é bom, que dá resultado. E a gente viu a nossa secretária falar que nós tivemos 181 mil toneladas do rio aqui, e quem sabe, das 181 mil toneladas, 20 mil a gente já está tirando com os projetos que nós estamos fazendo. Esse é o caminho, sabe? São coisas pequenas que a gente faz. Não é fácil, o desafio é grande. A gente tem os altos e baixos, a gente sempre fala que tudo começa muito, depois você tem, mas tem que ter uma linha e que a gente possa manter os projetos. Então, mais uma vez eu queria te agradecer, viu? Quando você me ligou, eu falei: nossa, que bacana, a gente vai poder apresentar. O Rui ficou super feliz. Falou, “Victorino, eu estou alegríssimo, estou feliz de estar lá”. E a gente agradece de coração, viu? Muito obrigado.

03:03:26 Rui Katsuno: Eu poderia finalizar, só, que eu não respondi uma? As garrafas pet das empresas de bebidas, esse ano, elas devem atingir um número de 80% de reciclagem, que eles entenderam que reciclar é muito viável. Então, no meu mercado de termoformagem, por exemplo, a gente usava todo o scrap da garrafa para fazer o termoformado, e nós não temos mais esse scrap, que as fabricantes de bebidas estão utilizando agora e montando células pelo Brasil inteiro para fazer a captação, então a garrafa pet em si, o problema dela está praticamente solucionado. Eu acredito que daqui uns dois ou três anos a gente já chega nas metas do alumínio, mais ou menos, com as garrafas pet, tá? Os outros materiais é que a gente precisa de segregação, porque eles batem na esteira de seleção, é da mesma cor, a pessoa separa por cor, então é muito complicado, não dá para ver os números. Então, só para responder o que foi perguntado sobre as garrafas pet. Obrigado, muito obrigado pelo espaço e tenham todos um ótimo dia.

03:04:31 Naiana Lanza: Obrigada, Rui. Nós que agradecemos a presença. É sempre uma

satisfação trazer aqui para o conselho boas práticas que possam ser replicadas, como o Victorino disse, o CONSEMA tem uma visibilidade, então é muito bacana que a gente use esse espaço para compartilhar boas iniciativas. Eu passo a palavra agora a Lúcia Sena neste ato, representando a subsecretaria de meio ambiente, o Jonatas, que está de férias, para também fazer as suas considerações. Por favor, Lucia.

03:05:02 Lúcia Sena: Eu quero, em primeiro lugar, dizer que eu estou muito orgulhosa de estar nesse momento representando a Subsecretaria de Meio Ambiente e a presidência do CONSEMA. Quero dividir um pouco com vocês o seguinte: uma vez alguém disse aqui no CONSEMA que eu faço parte dos Povos Originários do CONSEMA, e é mais ou menos isso. Quer dizer, há 25 anos atrás foi lançado um livro que dizia que os milhões lançados no lixo, e aquela época, a gente aqui na Secretaria, viu pela primeira vez uma discussão realmente com relação ao valor que os resíduos tinham e que começamos a discutir um pouco sobre esse problema. Depois nós conseguimos fazer uma discussão de uma equipe profundamente interessada em achar uma solução e que deu origem à Lei de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo, que depois passou a ser, vamos dizer assim, o espelho para a legislação de resíduos no Brasil inteiro. Então, 25 anos depois disso tudo, eu vejo, assim, com muita esperança o fato de nós estarmos nesse momento realmente falando já em economia circular e trazendo essa mensagem para as crianças, que eu acho que é por aí que a gente vai conseguir realmente incorporar essa cultura do cuidado com o Meio Ambiente. Então eu quero parabenizar realmente não só o Rui, mas também Mairiporã e todos aqueles que trouxeram projetos que não são especificamente sobre o plástico, mas que trazem realmente essa preocupação da economia circular, e que eu acho que é o futuro que a gente precisa incentivar e que vai trazer soluções. Muito obrigado a todos e vamos que vamos.

03:07:18 Naiana Lanza: Obrigada Lúcia, o Rodrigo quer fazer uma última consideração aqui antes da gente encerrar. Por favor, Rodrigo.

03:07:23 Rodrigo Levkovicz: Não, só queria destacar a admiração que eu tenho pela doutora Lúcia. Uma pessoa sensacional, uma capacidade intelectual absurda, capacidade de trabalho, honestidade. Lúcia, você é um exemplo para a gente. É uma honra ter você aqui.

03:07:45 Lúcia Sena: Muito obrigada, gente.

03:07:48 Naiana Lanza: Obrigada, gente. Então encerramos a nossa primeira reunião do ano, até a próxima, pós-carnaval.